

QUE HISTÓRIA É ESTA?

6ª
Edição

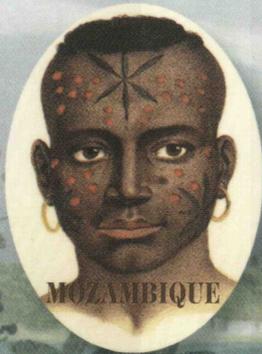
conforme a
nova
ortografia

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL

GLÓRIA PORTO KOK



Índios
e negros:
história de escravidão
e resistência
na colônia.



Editora
Saraiva

Editora

Claudia Abeling-Szabo

Projeto e coordenação

Joaci Pereira Furtado

Assistente editorial

Nair Hitomi Kayo

Suplemento de trabalho

Glória Porto Kok

Pesquisa iconográfica

Roberto Kazuo Yokota

Supervisão de revisão

Livia Maria Giorgio

Edição de arte

Nair de Medeiros Barbosa

Supervisão de arte

João Batista Ribeiro Filho

Projeto gráfico

Christof Gunkel

Diagramação

Walter Reinoso

Capa

Angra Comunicação Visual

Mapas

Selma Caparrós

Capa: trabalho desenvolvido a partir de obras de Johann Moritz Rugendas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Kok, Glória Porto

A escravidão no Brasil colonial / Glória Porto Kok. — São Paulo : Saraiva, 1997. — (Que História é Esta?)

Bibliografia.

ISBN 978-85-02-02291-1 (aluno)

ISBN 978-85-02-02292-8 (professor)

1. Brasil - Período colonial 2. Escravidão - Brasil 3. Escravidão - Brasil I. Título. II. Série.

CDD-981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Período colonial: Escravidão: História 981

6ª edição / 5ª tiragem

2010

Todas as citações de textos contidas neste livro estão de acordo com a legislação, tendo por fim único e exclusivo o ensino. Caso exista algum texto a respeito do qual seja necessária a inclusão de informação adicional, ficamos à disposição para o contato pertinente. Do mesmo modo, fizemos todos os esforços para identificar e localizar os titulares dos direitos sobre as imagens publicadas e estamos à disposição para suprir eventual omissão de crédito em futuras edições.



R. Henrique Schaumann, 270 – CEP 05413-010 – Pinheiros – São Paulo-SP

Tel.: PABX (0**11) 3613-3000 – Fax: (0**11) 3611-3308

Fax Vendas: (0**11) 3611-3268

Atendimento ao Professor: 0800-0117875

Endereço Internet: www.editorasaraiva.com.br – E-mail: paradidatico@editorasaraiva.com.br

Sumário

Introdução, 6

1.

Escravidão indígena, 8

Escambo	11
Tramas da escravidão	13
Ambiguidade da Coroa portuguesa	16

2.

Escravidão africana, 19

O lucrativo tráfico negreiro	19
Africanos nos engenhos	23
Cativos das minas	27
Escravos urbanos	29

3.

Caminhos da liberdade, 33

Resistências individuais	33
Resistências coletivas	34

4.

As marcas da escravidão, 38

Cronologia, 41

Bibliografia, 43

A que assistir?, 45

O que visitar?, 47

Introdução

Tradições indígenas e africanas vigoram em quase todos os recantos do Brasil, sinalizando a força de suas culturas. No entanto, é impossível compreender as tribos indígenas que vivem na floresta amazônica e os ritmados tambores africanos que invadem o país na época do Carnaval sem lembrarmos dos três séculos e meio (1500-1888) de regime escravista e de comércio de gente. Por meio da violência, a escravidão transformou pessoas em mercadorias e as sujeitou à vontade do senhor. A imposição de trabalhos forçados a índios e negros ocasionou o desaparecimento de muitas culturas, a morte de mi-

lhares de homens, mulheres e crianças e deixou de herança para as elites brasileiras preconceitos, discriminações e um grande desprezo pelo trabalho manual.

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, um viajante moderno, veio ao Brasil em 1935 à procura de “vestígios duma realidade desaparecida”. Em seu livro *Tristes Trópicos*, publicado vinte anos depois, conta que partiu numa expedição para encontrar os descendentes das grandes populações tupis descritas pelos europeus do século XVI, os tupis-kawahibis, que viviam no posto de Pimenta-Bueno, às margens do rio Machado, na

Yarima, índia ianomâmi do Alto Orinoco, casou-se em 1987 com o antropólogo norte-americano Kenneth Good, que a levou, dois anos depois, para os Estados Unidos. Em 1993, o casal retornou à floresta amazônica para realizar um filme sobre a vida de Yarima para a TV National Geographic. Nessa ocasião, Yarima fugiu, deixando para trás a “civilização americana”, o marido e três filhos. Em 1996, foi fotografada por uma expedição americana que a encontrou nua e ornamentada como o costume de sua tribo, trazendo um filho às costas. Ao lado de outros ianomâmis, fugia dos focos de malária que ameaçavam seu povo.

Valdir Cruz / AE



Amazônia. O encontro, porém, revelou que a população atual estava reduzida a apenas cinco homens, uma mulher e uma menina, que falavam um português rústico e viviam misturados à população local.

Segundo o relato de um deles, por volta de 1920, uma forte epidemia de gripe dizimou centenas de índios. Muitos sobreviventes morreram em decorrência dos violentos conflitos que se sucederam após a morte do respeitado chefe Abaiatara. Na ocasião da visita de Lévi-Strauss, a vida e os costumes tribais dos índios do posto Pimenta-Bueno corriam riscos de desaparecer. Contudo, tempos depois,

foi descoberto um outro grupo tupi-kawahib no coração da floresta amazônica, o que renovou a esperança de revigorar as tradições culturais dessa tribo.

O destino dos tupis-kawahibis na sociedade brasileira é comum ao de muitas tribos indígenas. Como afirmou o índio Ailton Krenak, em 1989: “O Brasil está se construindo em cima de cemitérios indígenas. Do cemitério dos Guaraní, dos cemitérios dos Yanomami, dos Tikuna, dos Karajá, dos Krenak, dos Terena, dos Kadiwéu”. Mas não foi somente por meio do genocídio indígena que o Brasil se fez.

A partir da segunda metade do século XVI, grandes levas de africanos ingressaram na América portuguesa, fundando mais um capítulo sombrio do nosso passado. Na condição de escravos, segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, 40% dos negros morriam nos primeiros seis meses após o seu apresamento; 12%, nos portos, aguardando o embarque; 9% morriam na travessia do Atlântico, e metade dos que chegavam morriam durante os quatro primeiros anos no Brasil, vítimas dos péssimos tratamentos que recebiam ao longo de suas vidas.

Para termos uma ideia da violenta realidade enfrentada pelos escravos africanos, basta lermos o depoimento do americano Thomas Ewbank (1792-1870), que visitou o Brasil no século XIX. Procurando mostrar “o quanto é horrorosa a situação do escravo”, escreveu:

“Espantei-me diante de dois dos mais apavorantes seres humanos, despontando das matas. Negros de idade mediana, e completamente despidos, a não ser alguns andrajos em torno de

seus lombos, cada um tinha um arco de ferro em torno do pescoço, ligado por sua vez a algemas postas nos tornozelos. Por outra cadeia, a mão de um era presa à de outro. Estavam inclinados para a frente, ajoelhados, estendiam os braços, arfavam, uivavam, e faziam súplicas de tal modo agônicas, que cheguei a pensar que nem mesmo os criminosos condenados à morte, nem mesmo as almas do Purgatório, estariam em condições tão penosas. Pobres criaturas! Não entendi o que é que reclamavam, se dinheiro, se comida, se intercessão junto aos seus senhores, o dono do morro e de uma pedreira vizinha, em que se empregavam mais de duzentos escravos. Esses dois haviam tentado fugir, e quando não estivessem trabalhando, eram postos neste lugar sequestrado”.

Em 1888 foi proclamada a Lei Áurea, que declarou a abolição da escravidão. Entretanto, as condições de vida e de trabalho do ex-escravo continuaram precárias. Vivendo à margem da economia brasileira, os libertos estavam sujeitos à fome, à miséria e aos maus-tratos e reduzidos, quando empregados, às funções de servos, criados e vendedores ambulantes.

Mas a história oficial do Brasil sempre procurou mascarar a verdadeira trajetória dos povos indígenas e africanos, que se desenrolou em um palco de permanentes conflitos culturais. As raízes deste processo encontram-se no período colonial, quando se instaurou, na América portuguesa, o pesado fardo da escravidão, em cujas sombras lutaram índios e africanos para garantir a sobrevivência. Esse é o tema que vamos trazer à tona neste livro.

Para castigar o negro fugitivo, o senhor mandava aplicar-lhe chicotadas e colocava em seu pescoço um colar de ferro com vários braços em forma de ganchos. Sob pressão, esse colar causava dores terríveis (Jean Baptiste Debret, 1768-1848).



1. Escravidão indígena

A escravidão, enquanto forma de exploração de mão de obra, embora já tivesse marcado a sua presença em diversos momentos da História da humanidade, principalmente nas grandes civilizações da Antiguidade, era totalmente ignorada pelos habitantes do Novo Mundo no período que antecedeu à chegada dos portugueses.

Quando os primeiros europeus começaram a explorar o litoral da América portuguesa, depois da passagem da armada de Pedro Álvares Cabral no

Distribuição das “nações” tupis-guaranis da costa no início do séc. XVI (Carlos Fausto, 1992)



ano de 1500, depararam-se com os índios tupis-guaranis, que ocupavam a costa atlântica do Amazonas até o atual Rio Grande do Sul, infiltrando-se pelas margens dos rios que hoje chamamos de Paraná, Uruguai e Paraguai. Embora apresentassem pequenas diferenças regionais, esses povos indígenas falavam uma mesma língua de guarani e tinham costumes bem semelhantes. Além dos tupis-guaranis, foram identificados os aimorés, no que hoje são o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo; os tremembés, que habitavam os atuais estados do Ceará e do Maranhão, e os goitacás, que viviam nas proximidades do Rio da Prata. Avalia-se que a população indígena, nessa época, beirava os quatro milhões.

Testemunhos estrangeiros do século XVI registraram, em suas crônicas, o fato de esses índios se encontrarem em guerras permanentes. Segundo eles, essas guerras não tinham como objetivo escravizar o inimigo ou tomar os seus bens e suas terras, tal como normalmente acontecia nas guerras europeias, mas, sim, capturar alguns guerreiros inimigos, a fim de vingar a morte dos antepassados que foram mortos em suas mãos.

Ao contrário do que se possa imaginar, para o guerreiro indígena, ser capturado era mo-

tivo de honra e orgulho. Constituía a oportunidade única de exibir coragem e valentia — as características mais valorizadas de um guerreiro. Além disso, os índios eram movidos pela crença religiosa em um eterno paraíso depois da morte, lugar de permanentes festas coletivas, onde a dor, a morte e o sofrimento inexistiam.

A mais completa descrição da antropofagia tupi encontra-se na obra *Duas viagens ao Brasil*, do alemão Hans Staden (1520-?). Staden veio pela primeira vez à América portuguesa em 1547, como artilheiro de um navio português que comercializava pau-brasil. De volta a Lisboa, integrou, em 1550, a expedição espanhola de D. Mencia Calderon de Sanabria, que tinha como objetivo fundar duas povoações: uma no atual estado de Santa Catarina e outra na embocadura do Rio da Prata.

Tendo o navio naufragado nas proximidades de São Vicente, Staden empregou-se como arcabuzeiro de um forte português na ilha de Santo Amaro, em

Tacape. Arma tupinambá de madeira, com a qual os guerreiros indígenas abatiam seus prisioneiros.



Nesta gravura, vê-se, ao centro, os membros do prisioneiro assados ao moquém no terreiro da aldeia. No fundo, a figura de barba e cabelo, nos moldes europeus, representa o aventureiro Hans Staden (Theodore de Bry, 1528-1598).

frente a Bertioga. Em meados de janeiro de 1554, caiu prisioneiro dos tupinambás e foi conduzido até a aldeia de Ubatuba, onde permaneceu cerca de nove meses. Nesse período, presenciou vários rituais de antropofagia e escapou, inúmeras vezes, de ser devorado pelos índios.

Segundo o relato de Staden, após uma estadia na aldeia inimiga, que podia variar de semanas a dois anos, os prisioneiros eram convocados a integrar o ritual de antropofagia. As mulheres cuidavam da produção do “cauim”, bebida fermentada à base de plantas (a mandioca doce ou amarga, o milho e o caju). As aldeias aliadas eram convidadas. Os prisioneiros (sempre bravos e valentes guerreiros das tribos inimigas) eram apresentados, pintados e enfeitados, bebiam com os índios e, então, lançavam desafios, prometendo que haveria vingança por parte dos seus. Depois disso, todos se dirigiam ao terreiro, onde o matador desferia golpes de tacape na sua

vítima até acertá-la na nuca, fazendo-lhe saltar os miolos. Nada era desperdiçado do corpo do guerreiro executado. O sangue da vítima era untado no corpo dos meninos índios a fim de torná-los mais valentes. Velhos, mulheres, homens e até os bebês partilhavam a carne do adversário, na tentativa de incorporar os valores do inimigo morto, de modo a reafirmar a superioridade do grupo em relação aos seus contrários.

Antropófagos não são canibais

É comum a confusão entre antropófagos, aqueles que participam do ritual de antropofagia, e canibais. A diferença é que os antropófagos comem seus inimigos para vingar os antepassados mortos pelas tribos hostis, enquanto os canibais, sem estarem envolvidos com nenhum ritual, simplesmente alimentam-se de carne humana.

No canto desta gravura, com o rosto pintado e adornado com um sombreiro de plumas, está o matador, pronto para desferir o tacape na nuca da vítima (Theodore de Bry).



Atraídos pela possibilidade de enriquecimento através do cultivo da cana-de-açúcar ou da descoberta de minas de ouro e prata — atividades incentivadas pela Coroa —, os portugueses cruzaram o Atlântico e aqui se estabeleceram, provocando, a partir de 1530, uma transformação radical na história dos povos indígenas. Logo de início, assentaram-se em grandes propriedades, os latifúndios, nos quais, para o cultivo da cana-de-açúcar, foi empregada mão de obra escrava, inicial-

mente a indígena e, em seguida, a africana. A opção pela mão de obra escrava era a mais lucrativa nos quadros da colonização, levando-se em conta a falta de trabalhadores e a dificuldade em se manter trabalhadores assalariados nas grandes propriedades.

No contexto do mercantilismo, a América portuguesa configurou-se como colônia de Portugal, voltada para o abastecimento da Metrópole, fornecendo-lhe produtos tropicais valorizados no mercado internacional (cana-de-açúcar, fumo) e metais nobres (ouro e prata). Tratava-se, então, da obtenção de lucros dessas atividades econômicas coloniais em benefício da Metrópole, o que prejudicou, na maioria das vezes, o desenvolvimento interno da Colônia, proibida de gerar a sua própria produção.

Mercantilismo

O mercantilismo foi a política econômica de valorização das atividades comerciais que vigorou na Europa dos séculos XVI ao XVIII. Entre as suas características principais, destacam-se a ideia de riqueza de nação pela quantidade acumulada de ouro e prata (metalismo) e balança comercial favorável (isto é, era preciso que o ganho com as exportações fosse maior que o gasto com as importações). Com esta finalidade, desenvolveu-se uma política de proteção dos produtos por meio de uma ampla intervenção do Estado: proibia-se a saída de matérias-primas do país e incentivava-se a produção de artigos para a exportação, valorizados no mercado internacional. A expansão marítima portuguesa e a disputa por novas terras fizeram parte desta expansão comercial, conduzida por uma burguesia aliada a um rei absolutista, que tinha poderes sem limites sobre a nação (Estado absolutista).

Escambo

Quando os portugueses chegaram à América em 1500, estavam mais interessados nas riquezas fabulosas do Oriente (sedas, porcelanas, especiarias, tapetes, pedras preciosas) do que nos indígenas com arcos e flechas que surgiram em alguns pontos do litoral de Porto Seguro. Além da promessa de uma terra fértil e de homens que podiam ser facilmente convertidos ao catolicismo, Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, não registrou nenhuma maravilha comparável àquelas presentes nos relatos de Marco Polo (1254-1324), o primeiro europeu que se aventurou na Ásia Oriental, numa viagem que durou cerca de vinte anos.

Nas décadas seguintes ao descobrimento das terras que seriam nomeadas Brasil, informações sobre os escassos recursos das novas terras levaram a Coroa portuguesa a fixar seus olhos nos postos comerciais (feitorias) estabelecidos na África e na Ásia, onde, de fato, circulavam as tão desejadas mercadorias valiosas. De 1500 a 1530, a costa atlântica brasileira ficou praticamente à mercê de europeus de diversas procedências — em especial dos portugueses, espanhóis, franceses e ingleses. O interesse desses europeus concentrava-se no pau-brasil, encontrado em abundância na Mata Atlântica, do qual se extraía um valorizado corante, que era utilizado, na Europa, para tingir tecidos e como tinta para os manuscritos.

Estabeleceu-se, então, em áreas isoladas do litoral, um intercâmbio econômico entre índios e europeus, denominado “escambo”. Os nativos cortavam e carregavam os navios com o lucrativo pau-brasil e com outros “produtos da

O livro de Marco Polo, traduzido com o título *Livro das maravilhas do mundo*, foi escrito em 1298 e tornou-se muito popular na Europa, graças às saborosas aventuras e descrições de lugares da Ásia, considerados exóticos e riquíssimos pelos leitores. Vale lembrar que até o famoso Cristóvão Colombo, o primeiro europeu a chegar à América, teimava em identificar sinais do fantástico Oriente no continente americano.

terra”, igualmente apreciados pelos europeus, tais como farinha de mandioca, pescados, papagaios, araras e macacos. Em troca, recebiam tecidos, colares, facas, canivetes, pentes, espelhos e outros produtos da civilização europeia. Embora o escambo não afetasse o modo de

vida indígena, ele acabou gerando uma situação de alianças e inimizades dos índios com os brancos. Os índios tupiniquins, por exemplo, aliaram-se aos portugueses, enquanto os tupinambás, aos franceses, que vieram a se tornar uma ameaça ao domínio de Portugal.

O mapa *Terra Brasilis* apresenta uma minuciosa descrição da costa da América portuguesa, povoada por índios que cortam e embarcam o pau-brasil, em troca de produtos europeus (Atlas Miller).



Tramas da escravidão

Ameaçada frequentemente pelas invasões estrangeiras, a América portuguesa encontrava-se em posição frágil. Era necessário tomar providências. Uma das soluções encontradas pelo monarca D. João III foi enviar, em 1530, uma expedição chefiada por Martim Afonso de Sousa, que tinha como objetivo patrulhar a costa, expulsar os franceses, explorar o litoral e garantir a ocupação da terra “bárbara, inconstante e pobre”, como escreveu o cronista do monarca português.

Em 1534, foi posto em prática o sistema utilizado por Portugal em suas possessões insulares (Açores, Madeira e Cabo Verde): dividiu-se o território brasileiro em 15 faixas de terra, as capitanias hereditárias, que foram doadas a 13 capitães-donatários.

Excetuando-se as Capitanias de São Vicente e Pernambuco, que começaram a prosperar graças à produção de açúcar, as outras não tiveram o mesmo sucesso por vários motivos: os frequentes ata-

ques indígenas, o isolamento dos donatários, a falta de capital e a distância marítima da metrópole.

Ao fracasso do sistema de capitanias, somaram-se, no plano internacional, a crise dos negócios da Índia e as sucessivas derrotas militares no Marrocos, no continente africano. Essa situação levou a Coroa portuguesa a tomar medidas para colonizar a América, garantindo a posse de seu novo território.

Para isso, D. João III enviou, em 1549, o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, visando centralizar o poder político da colônia, e os padres jesuítas, entre eles Manuel da Nóbrega, encarregados de converter os índios ao catolicismo. Tratava-se, portanto, de um projeto único, no qual o enriquecimento da Metrópole através das riquezas da terra, a colonização e a expansão do catolicismo estavam fortemente interligados.

No momento em que a produção de cana-de-açúcar do litoral brasileiro para o mercado europeu tornou-se a forte base econômica da Colônia, entre 1550

Martim Afonso de Sousa fundou, em 22 de janeiro de 1532, a Vila de São Vicente, onde foram plantados os primeiros canaviais. Representação do estabelecimento dos primeiros colonos na América portuguesa (Benedito Calixto, 1853-1927).



A conversão dos índios

A tradição cristã, até o século XVI, não considerava crime matar aqueles que não fossem cristãos. Em 1454, legitimou-se o direito de matar, escravizar, confiscar os bens e ocupar as terras dos inimigos de Cristo.

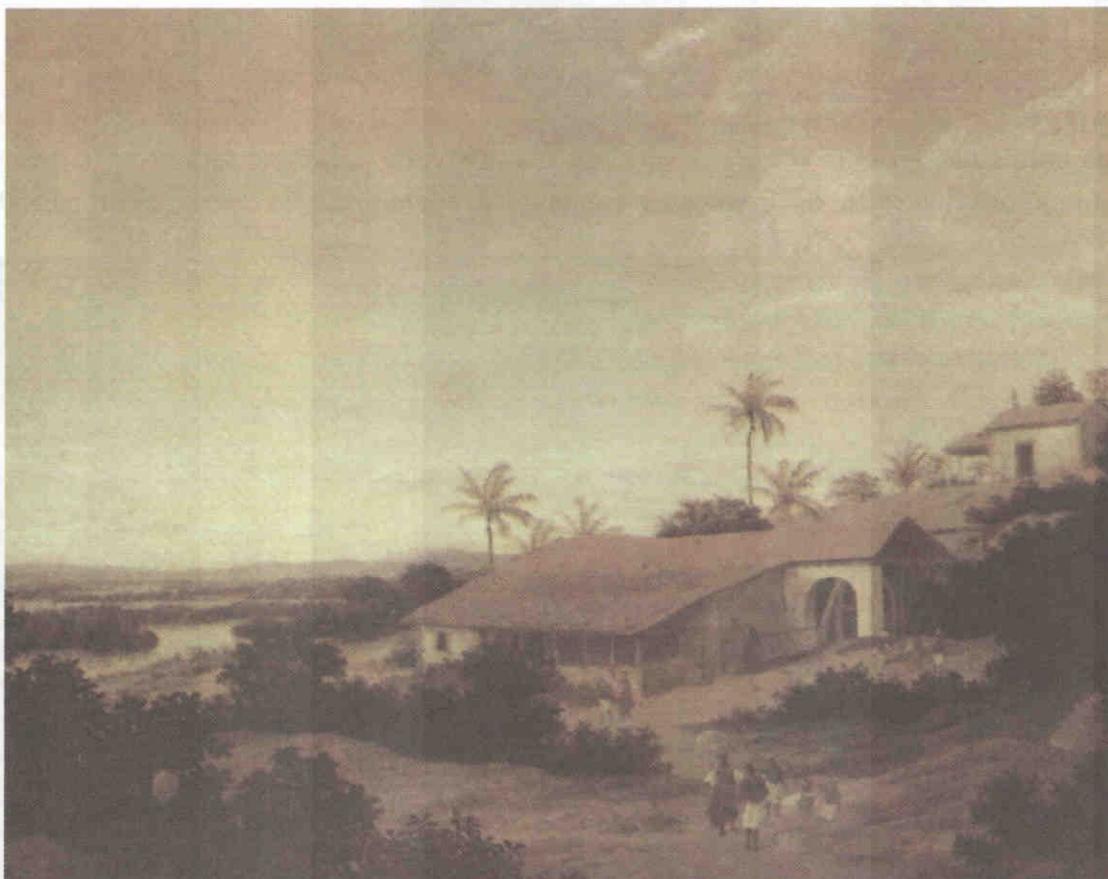
Em 1537, o Tribunal do Sumo Pontífice determinou que “os índios da América são homens racionais, da mesma espécie, e natureza de todos os outros, capazes dos sacramentos da Santa Igreja, e por conseguinte livres por natureza, e senhores de suas ações”.

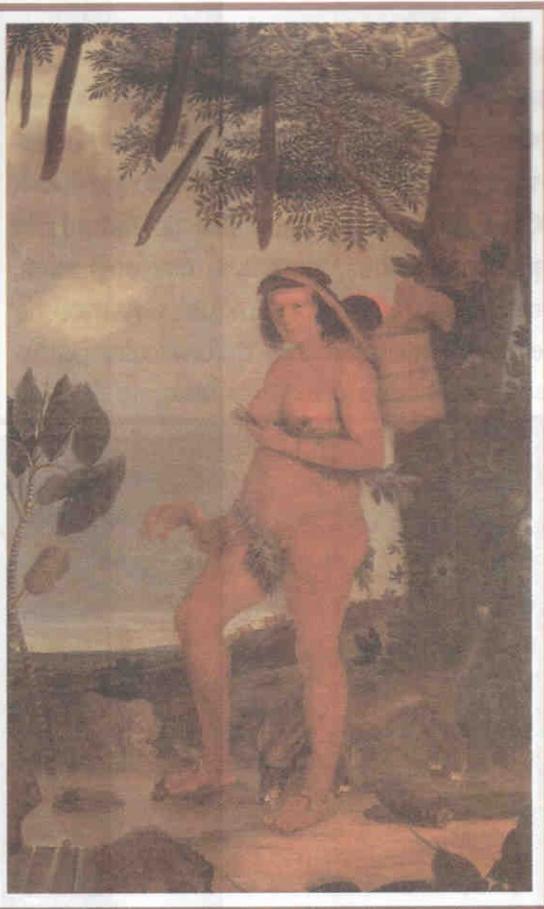
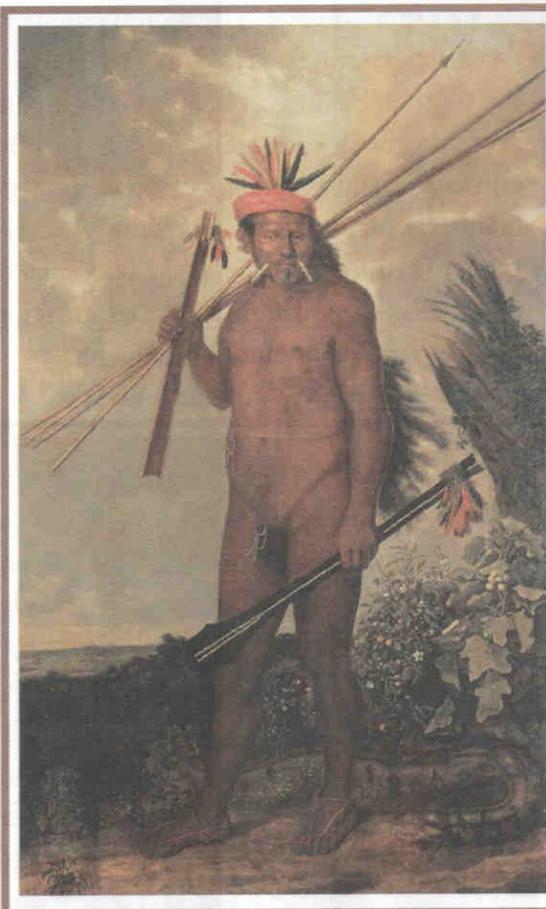
Seguindo essas diretrizes, o monarca português D. João III (1502-1557) estabeleceu como prioridade da colonização a conversão dos povos indígenas ao catolicismo, valendo-se, para isso, dos missionários jesuítas.

e 1560, estabeleceram-se cerca de 60 engenhos, nos quais os escravos índios constituíam a principal mão de obra. Em menor escala, figuravam, ainda, os índios provenientes de aldeias jesuíticas, que recebiam uma remuneração simbólica. No Engenho Sergipe, na Bahia, um carpinteiro indígena recebia apenas 20% do salário pago aos brancos pelo mesmo trabalho.

Os colonos aprovavam a escravização indígena, pois era favorável a seus interesses econômicos. Para justificá-la, desconsideravam a humanidade dos índios, chamando-os de “brutos animais, muito ferozes e cruéis”, e desprezavam completamente a cultura indígena. Francisco Luís, um colono de Pernambuco, por exemplo, afirmava que os índios potiguares de Pernambuco “não tinham alma mais que um porco”.

Pintura a óleo do holandês Frans Pieter Post (1608-1669). Post retratou engenhos do Nordeste, procurando integrar as instalações de processamento do açúcar, a paisagem tropical e os escravos africanos.





O índio tapuia é representado como hostil à civilização. Nu, com ornamentos indígenas, apresenta-se empunhando armas indígenas. A mulher tapuia, considerada avessa aos costumes europeus, carrega pedaços de corpo humano, aludindo à prática do ritual de antropofagia (Albert Eckhout, séc. XVII).

Considerados praticamente animais, os índios estavam mais próximos à condição de escravos.

Até os primeiros anos do século XVIII, a principal atividade lucrativa dos habitantes de São Paulo foi o comércio de índios. Os bandeirantes paulistas organizavam expedições militarizadas — as bandeiras — que, além de descobrirem minas de ouro, eram responsáveis pela captura e venda de índios como escravos aos portugueses e espanhóis.

Mesmo com a introdução dos africanos na América portuguesa, a partir de 1570, os indígenas continuaram a ser utilizados como escravos, porém passaram a trabalhar em atividades complementares ao fabrico do açúcar: eram lavradores, carpinteiros, lenhadores, vaqueiros, pescadores, barqueiros, serradores etc.

Contraopondo-se aos colonos, os jesuítas defendiam a liberdade dos índios, desde que abandonassem suas tribos e aceitassem o cristianismo. O padre Manoel da Nóbrega assim escreveu numa carta, em 1557:

“A ordem que desejamos é fazer juntar o gentio (...) em povoações convenientes, e fazer-lhes favores em favor de sua conversão, e castigar neles os males que forem para castigar, e mantê-los em justiça e verdade entre si como vassallos d’El-Rei, e sujeitos à Igreja”.

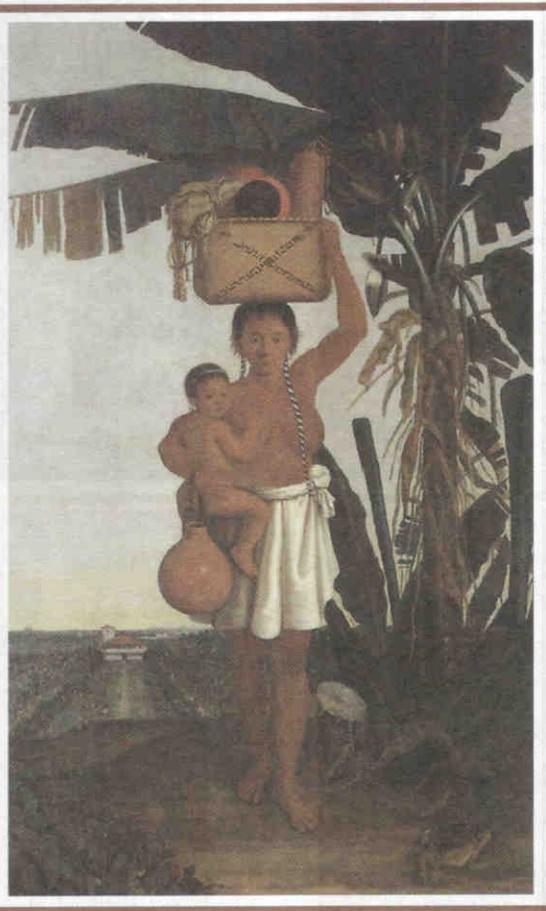
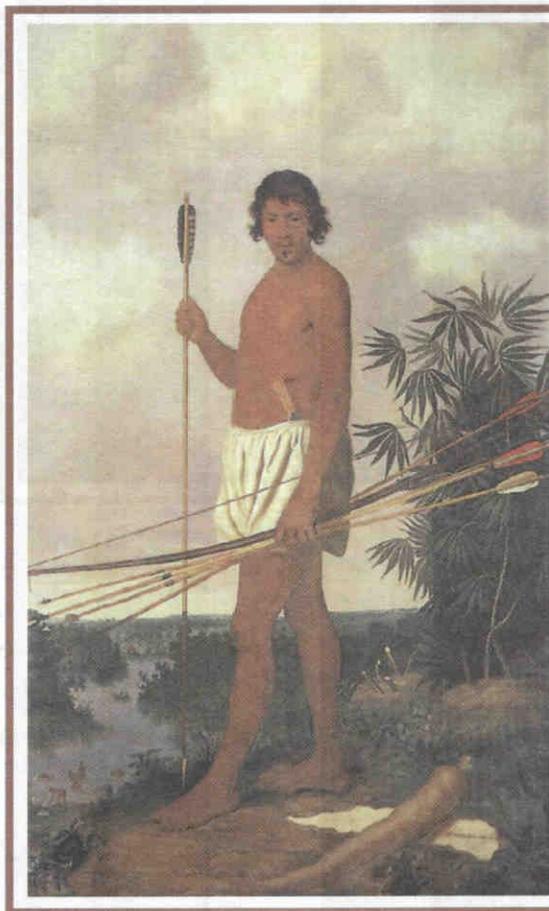
Estabeleceram-se, assim, os aldeamentos jesuíticos, que contavam com o apoio do governo-geral, onde índios de diferentes tribos eram reunidos. Os missionários garantiam o trabalho indígena por meio de

uma rígida disciplina cotidiana que implicava castigos corporais aos transgressores.

Uma vez “civilizados”, os índios tornavam-se mão de obra da Colônia e prestavam serviços a particulares e ao governo. Os índios trabalhavam nas fazendas, nas plantações, nos canaviais, nos engenhos, tanques e açudes, além de servir como exército na defesa da colonização portu-

guesa. Eram também responsáveis pela construção de estradas e fortalezas. Devido a grande concentração populacional dos aldeamentos, os nativos contraíam facilmente doenças que até então desconheciam: varíola, sarampo, coqueluche, catapora, tifo, difteria, gripe, peste bubônica e, provavelmente, malária, o que exterminou grande parte da população indígena.

Casal tupinambá, representado como índio aculturado. Observe que ele está vestido com um calção de algodão, portando uma faca e arco e flecha, alusão à prática de caça e pesca. A mulher tupinambá aparece integrada à propriedade do engenho do açúcar, conforme se vê ao fundo (Albert Eckhout).



Ambiguidade da Coroa portuguesa

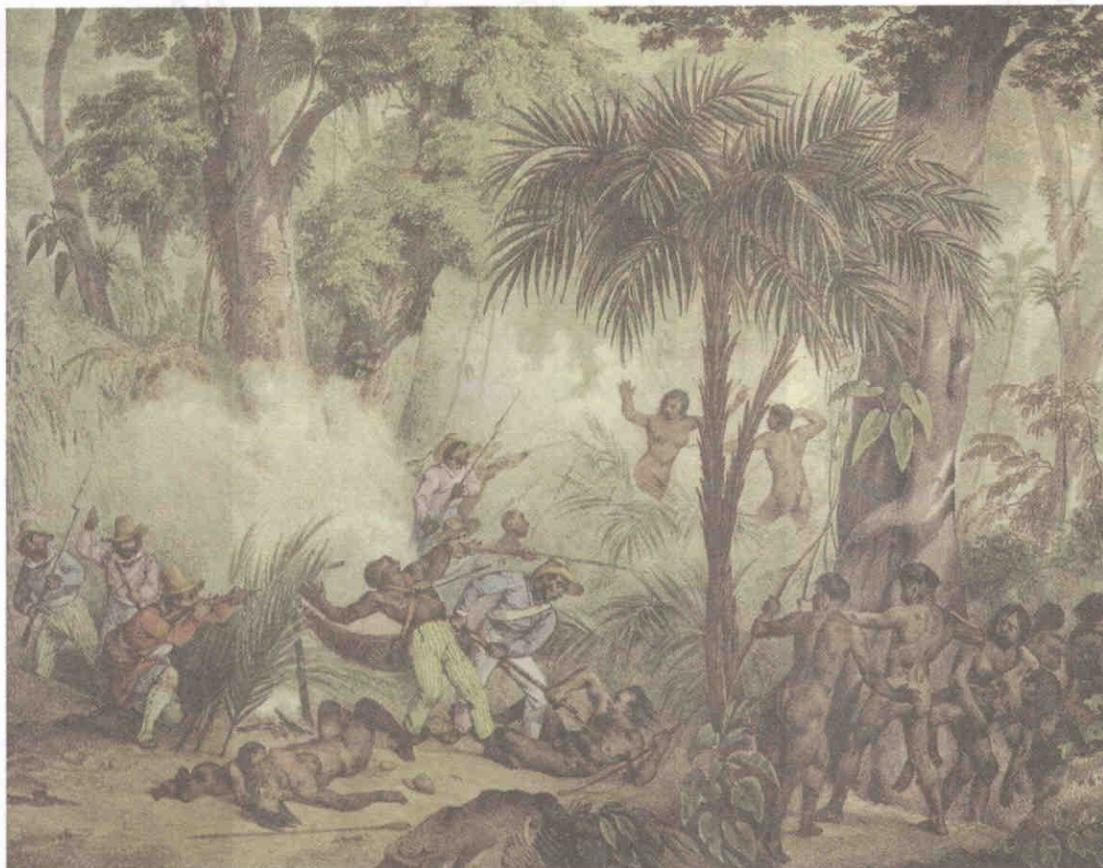
No documento elaborado por D. João III — o Regimento de 1548, que contém as principais diretrizes do Governo Geral —, recomendava-se morte, castigo e escravização das tribos que se opunham à colonização. Dizia a lei:

“Defendo e mando que d’aqui em diante se não use nas ditas partes do Brasil dos modos que se até ora usou em fazer cativos os ditos gentios, nem se possam cativar por modo nem maneira alguma, salvo aqueles que forem tomados em guerra justa que os Portugueses fizeram aos ditos

gentios, com autoridade e licença minha, ou ao meu governador nas ditas partes, ou aqueles que costumam saltear os Portugueses, ou a outros gentios para os comerem, como são os que se chamam Aymorés e outros semelhantes”.

Para os tupinambás, que atacavam com frequência os estabelecimentos portugueses, a Coroa incentivou a morte e a escravização de parte deles e o enforcamento de seus chefes nas aldeias para que servissem de exemplo aos demais. Assim, enforcamento, exposição do corpo em apodrecimento, exibição de peças de artilharia e represálias às aldeias hostis foram os primeiros instrumentos utilizados pela política da Coroa para sujeitar os índios.

Em 1558, o terceiro governador-geral, Mem de Sá (1500-1572), declarou que os caetés, índios da Bahia, estavam condenados à escravidão por terem devorado o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha. Os colonos, então, sedentos por mão de obra, valeram-se da ordem do governador e passaram a assaltar e a aprisionar os indígenas indiscriminadamente, alegando serem caetés. Dos doze mil índios que viviam em quatro aldeias, apenas mil conseguiram sobreviver. O cronista Gabriel Soares de Sousa (? - 1591), rico proprietário de engenhos de açúcar na Bahia, comentou que os índios não podiam ser livres, merecendo a condição de escravos, porque matavam e comiam os portugueses. Do ponto de vista europeu, o canibalismo serviu de justificativa para exterminar, matar e escravizar os nativos.



A gravura de Rugendas representa um destacamento de soldados disparando tiros de fuzil contra homens de arco e flecha, o que sugere a superioridade dos europeus.

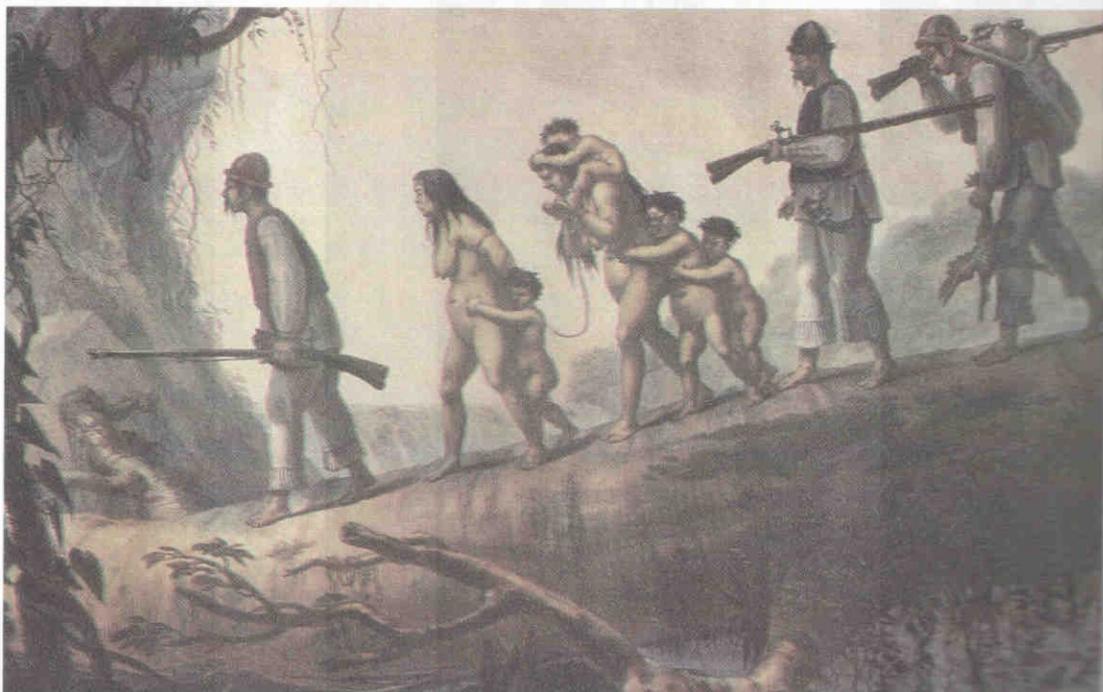
Durante toda a história colonial, a Coroa portuguesa manteve essa posição ambígua e hipócrita, oscilando entre os interesses dos jesuítas e dos colonos. Quando era favorável aos primeiros, estabelecia leis decretando a liberdade absoluta dos índios, como as que ocorreram nos anos de 1609, 1680, 1755, indispondo-se frontalmente com os colonos. Quando, ao contrário, queria favorecer os colonos, decretava leis (1570, 1595 e 1611) que oficializavam o cativo indígena por meio das “guerras justas”, abrindo uma brecha na legislação para os violentos ataques aos aldeamentos jesuíticos ou às aldeias indígenas. Como resultado dessas “medidas punitivas”, muitas tribos pereceram e outras abandonaram a região costeira, embrenhando-se pelo interior do território para escapar ao domínio dos brancos. Já no século XVIII não restava uma única tribo tupi no litoral brasileiro.

Conflitos entre missionários e colonos agravaram-se no Estado do Grão-Pará e Maranhão (independente do Estado

do Brasil desde 1621) no século XVII. Por meio do missionário jesuíta Antônio Vieira (1608-1697), fundador da Missão do Maranhão e do Pará e hábil defensor da liberdade dos índios, foi promulgada uma lei contra a escravização indígena, o que gerou profundos descontentamentos entre os proprietários de escravos.

Além da forte oposição feita pelos colonos, os jesuítas começaram a sofrer, no início do século XVIII, pressões por parte do governo metropolitano. Foram acusados de enriquecimento à custa dos índios, de deter muitos privilégios e até de oferecer apoio à tentativa de assassinato do monarca português, D. José. Em 1759, ordenou-se a prisão dos jesuítas e o sequestro de seus bens. Mais de quinhentos religiosos foram expulsos do Estado do Brasil e Grão-Pará e Maranhão. No final deste mesmo ano, a Companhia de Jesus foi definitivamente expulsa de Portugal e de todos os seus domínios.

“Caçadores” indígenas, vestidos com camisa, colete, calças de algodão, boné de pano e descalços, atacam aldeias hostis, matam os homens e fazem prisioneiras mulheres e crianças (Debret).



Porém, mesmo depois de a Coroa ter estipulado a libertação definitiva dos indígenas, em 1758, o tráfico de índios pelo Brasil, especialmente na região amazônica, continuou a ser praticado ao longo do século XIX. Em 1850, escreveu o viajante americano Thomas Ewbank: “Os índios aparecem para serem escravizados tanto quanto os negros; no Rio, muitos deles têm sido negociados”. Alguns anos depois, o alagoano Tavares Bastos (1839-1875) observou que “no Alto Japurá, se compra um índio por um machado, os próprios pais os vendem aos traficantes”.

2. Escravidão africana

Os primeiros negros chegaram a Salvador, enviados pela Metrópole, no ano de 1550. A importação sistemática de escravos africanos, entretanto, teve início por volta de 1570, quando se verificou o crescimento da economia açucareira exportadora do Nordeste, que necessitava cada vez mais de cativos.

Entre os principais motivos da substituição da mão de obra indígena pela africana nas plantações de cana-de-açúcar estava o fato de os escravos africanos constituírem uma rentável mercadoria da rota comercial atlântica daquela época. A própria Coroa portuguesa, em comum acordo com os traficantes, estimulava a importação de negros, pois buscava obter lucros, seja através da prática direta do tráfico, seja por meio da cobrança de impostos sobre os africanos importados.

Os jesuítas defenderam abertamente a liberdade dos índios, porém, legitimaram, sem contestação, a escravidão dos negros. Segundo, por exemplo, o padre

Antônio Vieira, os negros foram escolhidos por Deus e feitos à semelhança de Cristo para salvar a humanidade através do sacrifício. Assim, a escravidão era vista como um estado de milagrosa felicidade, por meio do qual o africano podia se salvar do inferno. Ser escravo, em última análise, era ser Cristo e, portanto, o cativo deveria se conformar com humildade à sua condição.

Sermão XIV

“Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado (...) porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. (...) A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias; Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.” (Sermão XIV, feito aos escravos da Irmandade dos Pretos de um Engenho, em 1633, pelo padre Antônio Vieira.)

O lucrativo tráfico negro

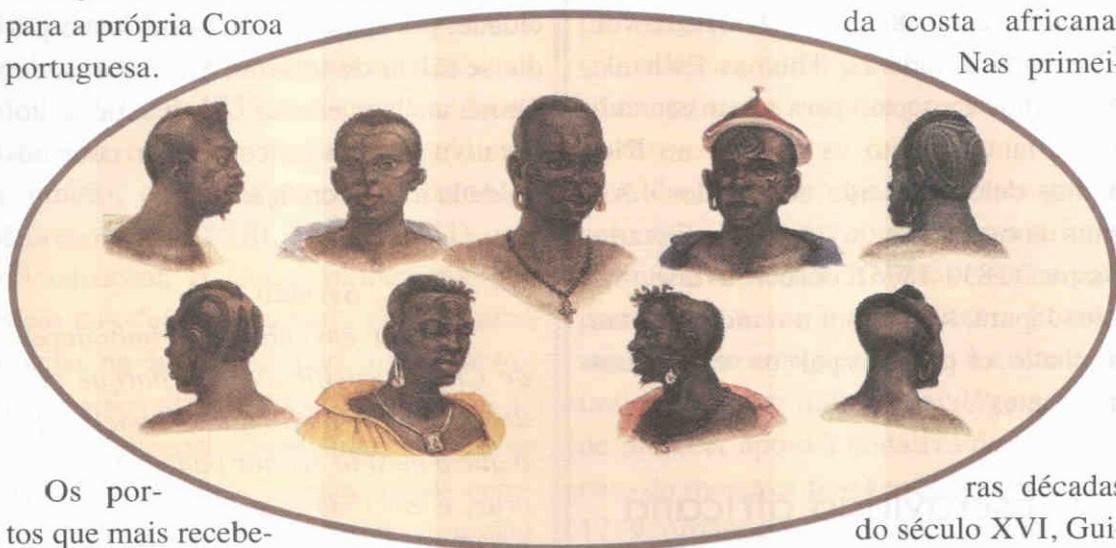
Mais de nove milhões de africanos — homens, mulheres e crianças — desembarcaram no continente americano, entre os séculos XVI e XIX, na condição de escravos. Figurando como um dos principais responsáveis por este genocídio, a América portuguesa importou

aproximadamente quatro milhões de africanos. Isso ocorreu porque o tráfico negreiro, que abastecia as colônias com escravos, gerava vultosos ganhos comerciais para os traficantes da Metrópole e para a própria Coroa portuguesa.

e cabindas), sudaneses (iorubas, jejês, hauçás e minas) e os malês (que falavam o idioma árabe e eram muçulmanos).

A partir do século XV, os portugueses estabeleceram feitorias em vários pontos da costa africana. Nas primei-

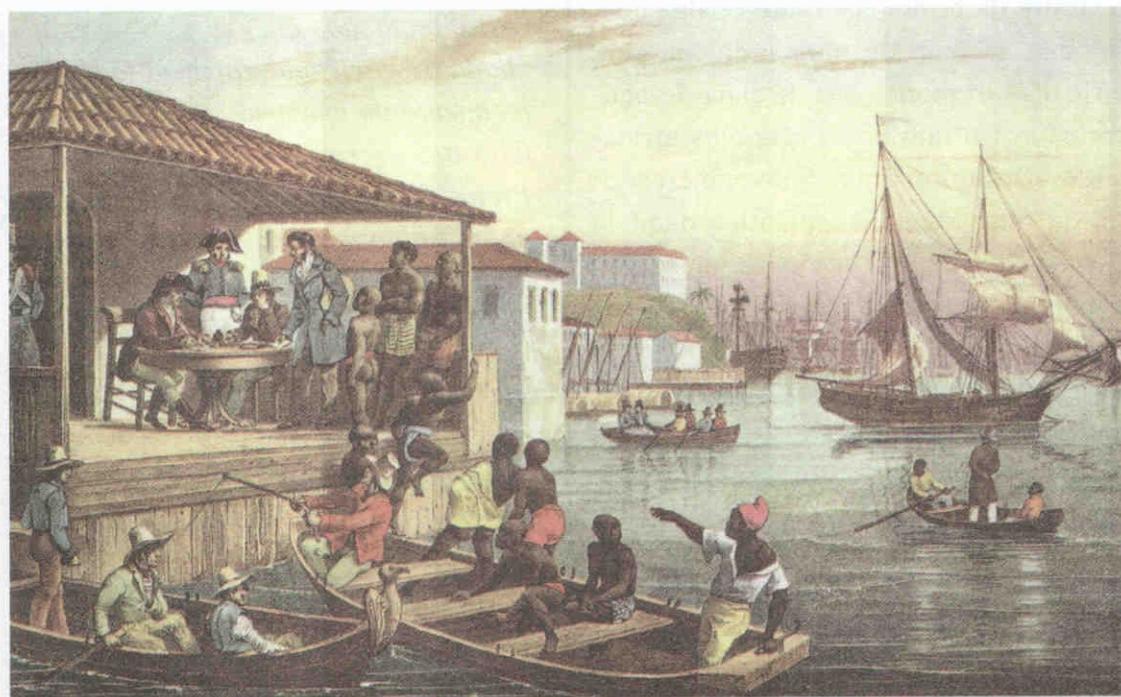
Escravos de diferentes nações que transitavam pelas ruas do Rio de Janeiro no início do séc. XIX, identificados por tatuagens, cortes de cabelos e ornamentos (Debret).



Os portos que mais receberam escravos africanos foram os de Recife e Salvador, nos séculos XVI e XVII, e Rio de Janeiro, no século XVIII, em decorrência da demanda de mão de obra nas produções de açúcar, nas minas de ouro e nas fazendas de café, respectivamente. Chegaram negros bantos (angolas

nas décadas do século XVI, Guiné, Ilha de São Tomé e Costa da Mina constituíam os principais centros de escravos capturados. Monopolizando o comércio escravista, os portugueses, progressivamente, conquistaram a costa de Angola — São Paulo de Luanda, em 1575, e a costa de Daomé, em 1680.

Representação da chegada dos negros na baía do Rio de Janeiro no séc. XIX. No canto, estão ilustradas as transações de compra e venda de escravos (Johann Moritz Rugendas, 1802-1859).



Regiões onde os portugueses obtinham escravos



Na fase inicial do comércio de escravos, tornavam-se cativos os homens que, nas aldeias, haviam cometido delitos, contraído dívidas ou os que foram derrotados nas guerras tribais, sendo então recrutados pelos portugueses. A partir do século XVII, entretanto, atraídos pelo lucrativo tráfico negro, muitos reinos africanos, como Sego, Oio, Benin, Daomé, passaram a organizar expedições militares de captura de escravos. Entre 1670 e 1750, Angola e Benguela alcançaram uma fase de grande prosperidade econômica graças ao tráfico de escravos.

Os principais agentes do tráfico de cativos na África eram chamados de pombeiros: portugueses brancos, mulatos, negros livres ou escravos de con-

Principais rotas do tráfico de escravos



fiança eram encarregados de levar os escravos do interior da África para a costa, a fim de serem comercializados pelos portugueses.

Uma vez capturados em suas aldeias, os escravos eram trocados por mercadorias de pouco valor para os europeus e levados para as feitorias. Os principais produtos de escambo eram as aguardentes e os têxteis, seguidos de perto pelos apetrechos bélicos — pólvora, armas de fogo, espadas, facas, arcos e flechas —, produtos tropicais (açúcar e fumo), além de barras de ferro, louças, ferragens, miçangas, vidros, algodão e conchas. Antes de embarcarem nos navios negreiros, os cativos eram batizados com uma pitada de sal em suas línguas e recebiam um nome cristão, pois os “infiéis” não podiam ingressar num continente cristão.

Para os cativos, a viagem para a América portuguesa era o início de uma infernal epopeia, da qual poucos sobreviviam. Os navios ou tumbeiros (túmulos marítimos) transportavam de cem a quatrocentos cativos, acorrentados, dois a dois, nos porões, numa viagem que se estendia de

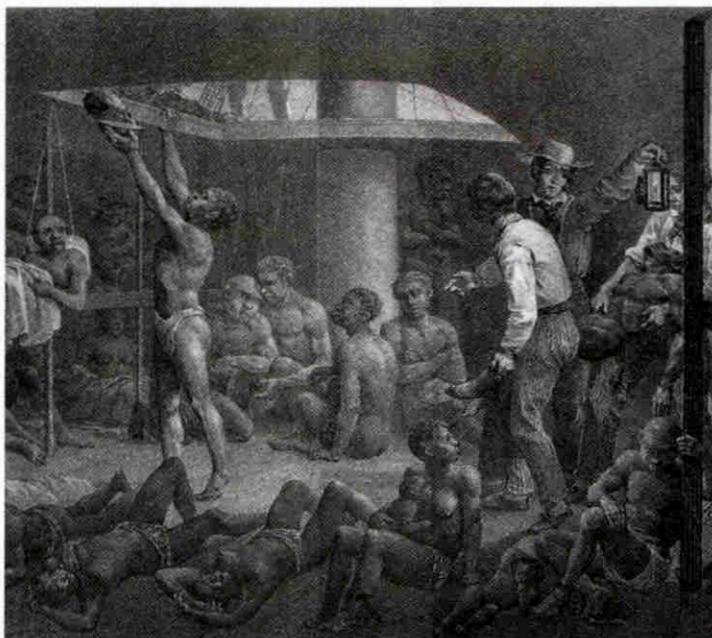
trinta a sessenta dias. Até os primeiros anos do século XVIII, cerca de 20% dos cativos morriam na travessia, cometendo suicídios, sucumbidos pelo “banzo” (tristeza) ou atacados por doenças, como disenteria, escorbuto, sarampo, varíola, sarna. Calcula-se que mais de um milhão e meio de africanos tenham morrido durante o percurso.

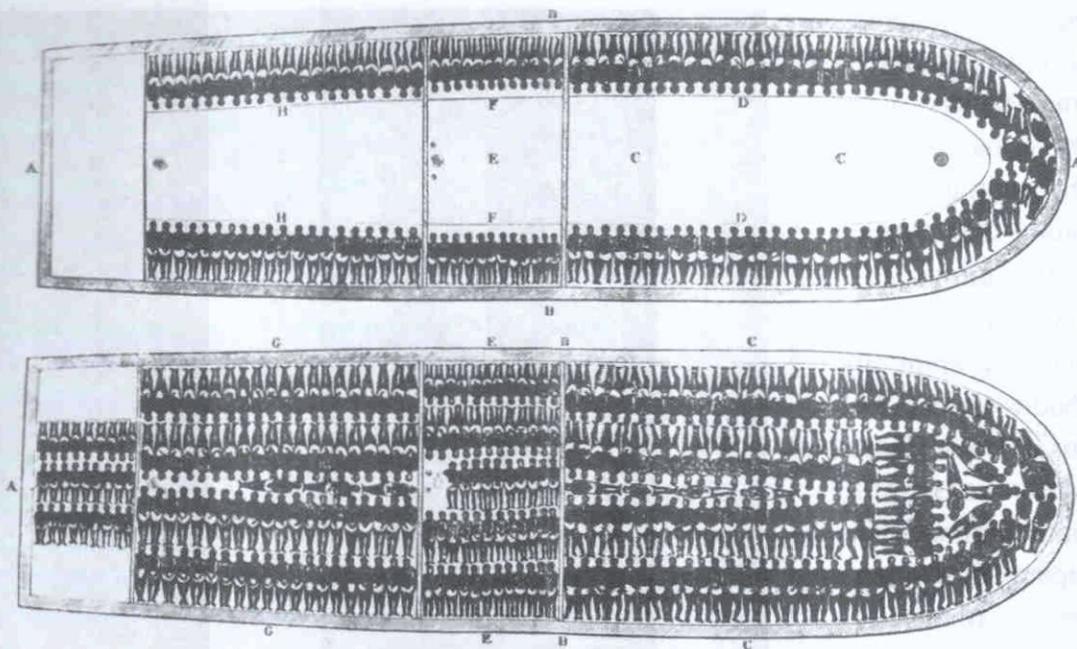
No início do século XIX, dos quatro milhões de habitantes que viviam na Colônia, aproximadamente a metade dessa população era escrava. Por sua vez, a Inglaterra, que havia obtido um grande lucro com o tráfico negreiro, mudava radicalmente o seu jogo. Buscando ampliar o mercado consumidor de seus produtos no Brasil e na África, produzidos pela Revolução Industrial, e cedendo às pressões dos canavieiros antilhanos que procuravam eliminar seus concorrentes, os ingleses decidiram acabar com o tráfico negreiro, o que implicou, a curto prazo, a extinção do trabalho escravo, de um lado, e o aparecimento de trabalhadores assalariados e consumidores, de outro. Em 1807, a In-

glaterra aboliu o comércio de escravos nas suas colônias. Contudo, foi apenas em 1845 que o parlamento inglês promulgou a Lei Bill Aberdeen, declarando ilegal o tráfico negreiro e permitindo a captura de qualquer embarcação utilizada no tráfico em quaisquer mares.

A fim de enganar os seus perseguidores, muitos traficantes não hesitavam em jogar os seus cativos nas profundezas do Oceano Atlântico.

Ilustração das condições desumanas por que passavam os escravos nos navios tumbeiros. Homens, mulheres e crianças passavam cerca de dois meses nos porões, privados de alimentos e água e sujeitos a epidemias (Rugendas).



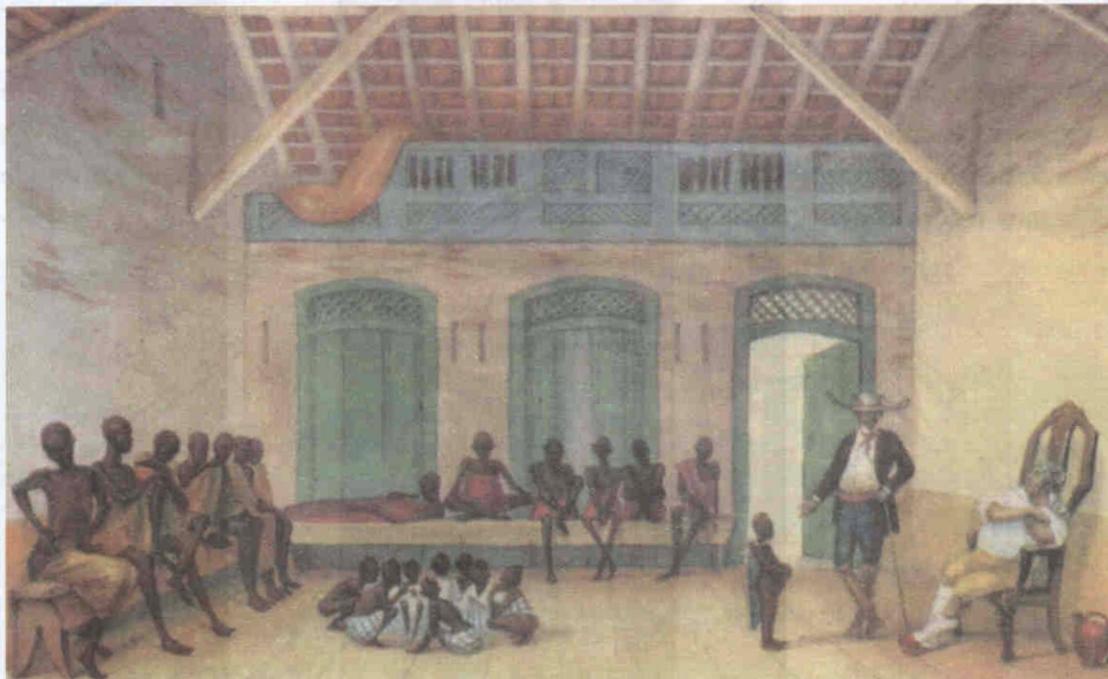


Projeto da disposição interna de um navio negreiro, segundo relatório inglês de 1815. Os traficantes de escravos procuravam obter o máximo aproveitamento do espaço nos navios para assegurar uma grande margem de lucro.

Africanos nos engenhos

Se os africanos conseguissem chegar com vida à colônia portuguesa, depois de inúmeras adversidades durante a viagem, eram levados às ruas para serem vendidos, diante das portas dos proprietários, em número que chegava a duzentos ou trezentos. Durante esse período, eram

bem cuidados e postos à engorda; alimentados com carne salgada, farinha de mandioca, feijão e, às vezes, banana. A comida era cozida no meio da rua, em grandes caldeirões. Por vezes, aplicavam-lhes óleo de palma em todo o corpo para escamotear as doenças de pele; esfregavam os dentes e as gengivas e faziam exercícios físicos para ficarem com

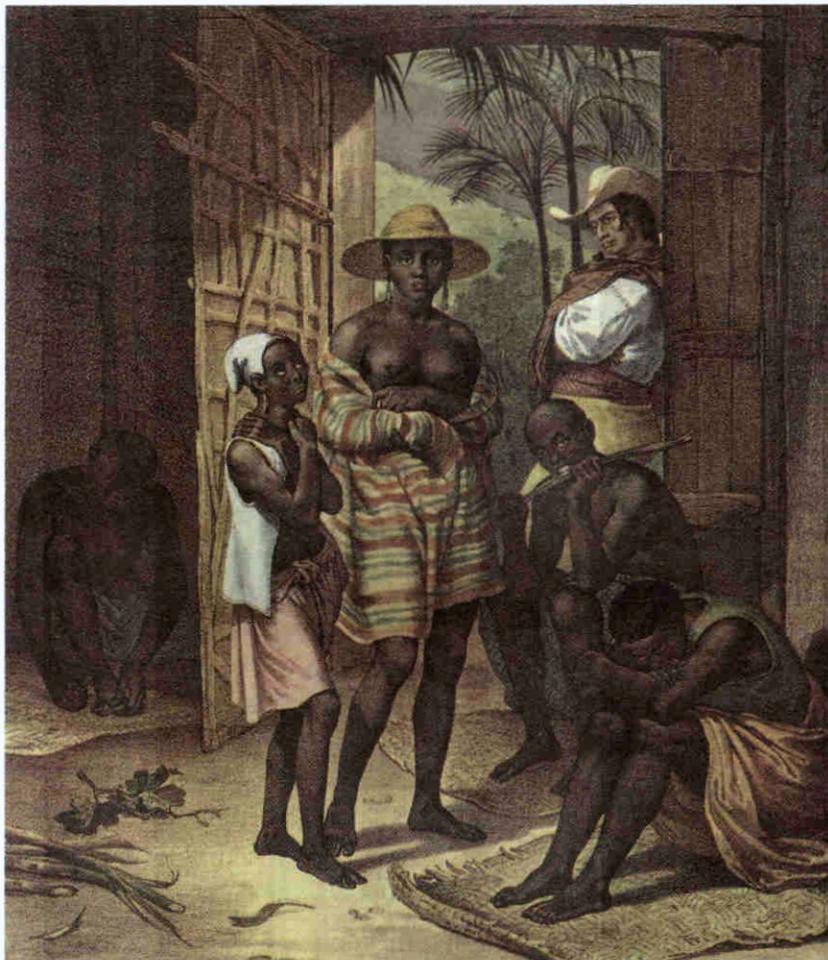


Na rua do Valongo, no Rio de Janeiro, encontrava-se o mercado de negros, onde eram guardados os escravos chegados da África (Debret).

Negros recém-chegados da África. Logo que comprados, ganhavam pano para vestir e um chapéu de palha. Na porta, o olhar vigilante do feitor (Rugendas).

aspecto saudável. À noite, os cativos eram trancados em um armazém e no dia seguinte voltavam para as ruas.

Quando aparecia um comprador, os escravos eram alinhados e examinados como se fossem gado. As famílias eram, normalmente, separadas. O comprador tomava as “peças” de que necessitava, dava-lhes um grande pano de sarja para vestir e um chapéu de palha e os levava rapidamente para a sua fazenda.

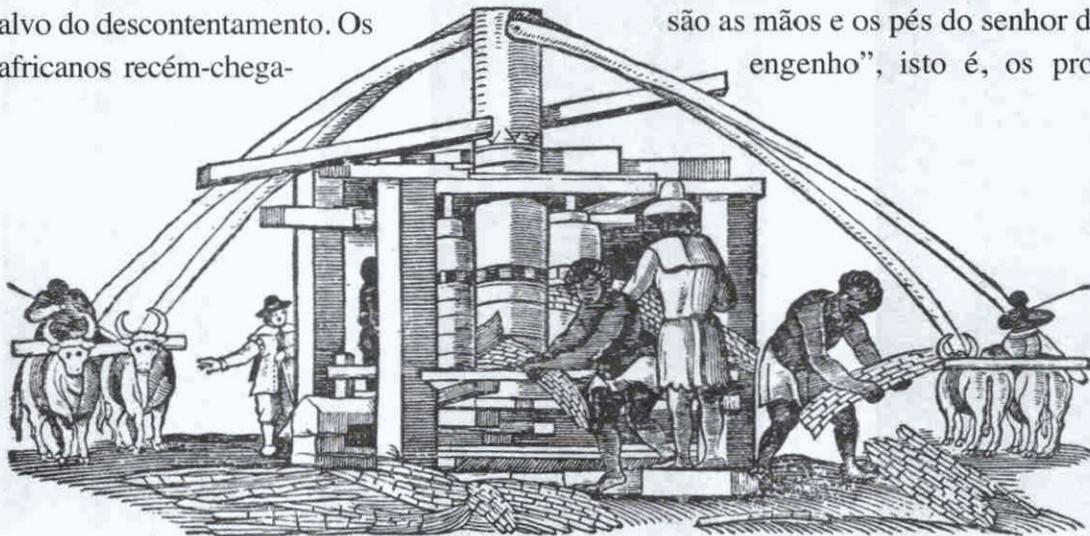


Negros de origens diversas, de diferentes línguas e costumes conviviam nos latifúndios. Isso dificultava possíveis rebeliões dos escravos contra os brancos, favorecendo a segurança do proprietário, que não hesitava em incentivar a discórdia entre os seus escravos para desviar o alvo do descontentamento. Os africanos recém-chega-

dos eram chamados de “cativos novos” ou “boçais”, enquanto aqueles que já estavam acostumados com a terra, a língua e o trabalho diário eram conhecidos como “ladinos” e alcançavam maior preço.

Como disse o padre jesuíta André João Antonil (1649-1697), “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho”, isto é, os pro-

Os escravos ajudavam a moer a cana e a extrair o seu caldo, orientados pelo mestre do açúcar (Georg Marcgraf, séc. XVII).



prietários dos grandes latifúndios dependiam inteiramente da mão de obra escrava para o seu funcionamento. A grande propriedade do engenho de açúcar, integrada pela casa-grande, senzala, capela e casa de engenho, abrigava, em média, oitenta cativos, mas, dependendo do prestígio econômico do senhor, esse número chegava a mais de duzentos escravos sob seu domínio. Um grande engenho mantinha-se em atividade durante 24 horas ininterruptas, durante oito ou nove meses de safra, o que só era possível com o mínimo de quarenta escravos.

O processo de preparo do açúcar era feito nas instalações da casa do engenho.

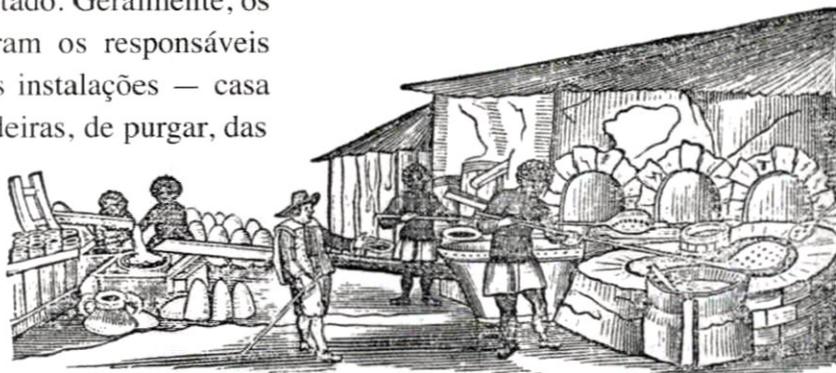
Na casa da moenda, onde estavam instalados os tambores movidos a água ou a força animal, os escravos ajudavam a moer a cana e a extrair o seu caldo. Na casa das fornalhas, onde o caldo era cozido, os escravos alimentavam o fogo das fornalhas e mexiam continuamente o caldo da cana. Na casa de cobres, preparava-se o açúcar no vasilhame de cobre. No tendal das forças, o açúcar era posto para esfriar e condensar, passando, em seguida, para a casa de purgar, onde era branqueado. Nos galpões anexos, o açúcar era reduzido a pó e posto para secar ao sol. Depois de colocado em caixas enormes, o produto era enviado para o

Representação do cotidiano de um latifúndio açucareiro. Destaca-se a casa-grande, com as escravas domésticas nos seus afazeres. Ao lado, a senzala, e do outro lado do rio, a capela (Desenho de Manuel Bandeira, 1937).



Escravos preparando o cozimento e a remoção de escumas do caldo de cana-de-açúcar (xilografia holandesa, in *Historia Naturalis Brasiliae*, 1648, Willian Piso).

porto para ser exportado. Geralmente, os escravos ladinos eram os responsáveis pelo trabalho nessas instalações — casa de moenda, das caldeiras, de purgar, das caixas, do bagaço — tendo ofícios de caldeireiros, carapinas, calafates, tacheiros, barqueiros e marinheiros. Já



os novatos eram mais vigiados e recebiam o pesado fardo de trabalhar com as enxadas nos canaviais, de sol a sol.

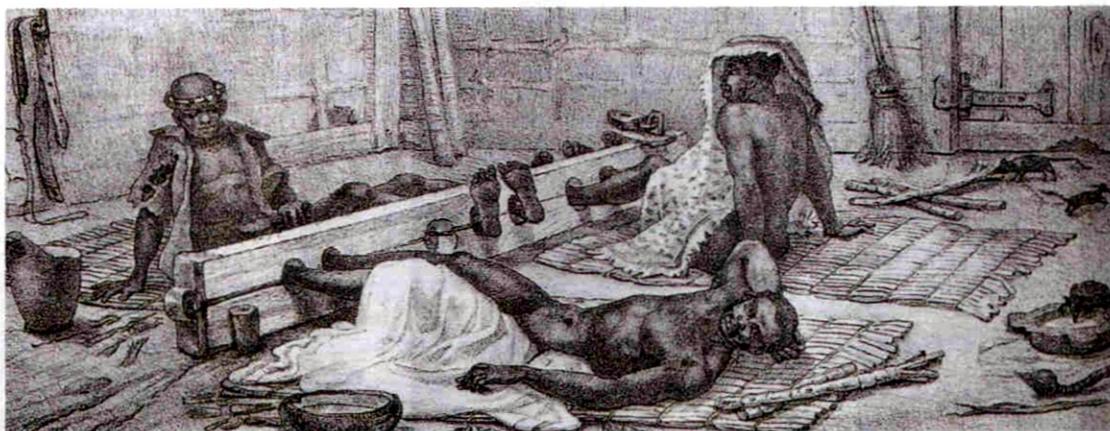
Dizia-se na Colônia que, para o escravo, eram necessários três “Pês”: *pau* para serem castigados, *pão* para o sustento e *pano* para o convívio cristão. Os violentos castigos corporais inibiam as manifestações de revolta e insurreição dos escravos. Serviam para “trazer bem domados e disciplinados os escravos”, conforme escreveu o padre jesuíta Jorge Benci (1650-1708). Além de chicotes e grilhões, eram frequentes as mutilações de partes do corpo, marcas no peito e queimaduras nos lábios. Algumas fazendas tinham “casas de tronco”, onde os escravos eram castigados após o trabalho, e obrigados a permanecerem deitados sobre couros ou esteiras, presos ao tronco pelos pés.

As condições de trabalho nos engenhos eram tão duras que um africano adulto não

conseguia trabalhar com saúde por mais de dez anos. Nos cinco meses de safra, o ritmo de trabalho alcançava 18 horas diárias sob o chicote do feitor, encarregado de vigiá-los. Depois, amontoavam-se nas senzalas — construções precárias onde habitavam os escravos — localizadas próximas à casa-grande, residência do senhor de engenho, de sua família e de agregados.

Para os escravos que trabalhavam na casa-grande, encarregados do serviço doméstico — criadas de quarto, amas de crianças, mucamas, cozinheiras, costureiras, negro de recado —, as condições de vida eram um pouco melhores. Tendo conquistado a confiança do círculo social do senhor do engenho, os escravos domésticos livravam-se, muitas vezes, das senzalas, recolhendo-se em pequenos recintos da casa-grande, e ganhavam mais liberdade, segurança e prestígio, embora se distanciassem dos valores africanos.

O tronco era um instrumento de castigo comum nas fazendas brasileiras. Servia para prender punhos ou pernas e, às vezes, o pescoço dos torturados (Debret).





No final do século XVII, verificou-se uma queda vertiginosa do preço do açúcar no mercado internacional, provocada pela concorrência da produção açucareira holandesa das Antilhas. Esta situação de crise econômica, sentida no império colonial português, acarretou o empobrecimento dos senhores de engenho, que acabaram perdendo terras e escravos.

Cativos das minas

Diante da queda do preço do açúcar no mercado internacional no final do século XVII, a Metrópole passou a incentivar os paulistas a saírem em busca de ouro pelo sertão. De fato, a descoberta de jazidas de ouro, a partir da última década do século XVII, trouxe profundas alterações na estrutura da sociedade colonial.

A região das minas atraiu um grande número de pessoas provenientes de São

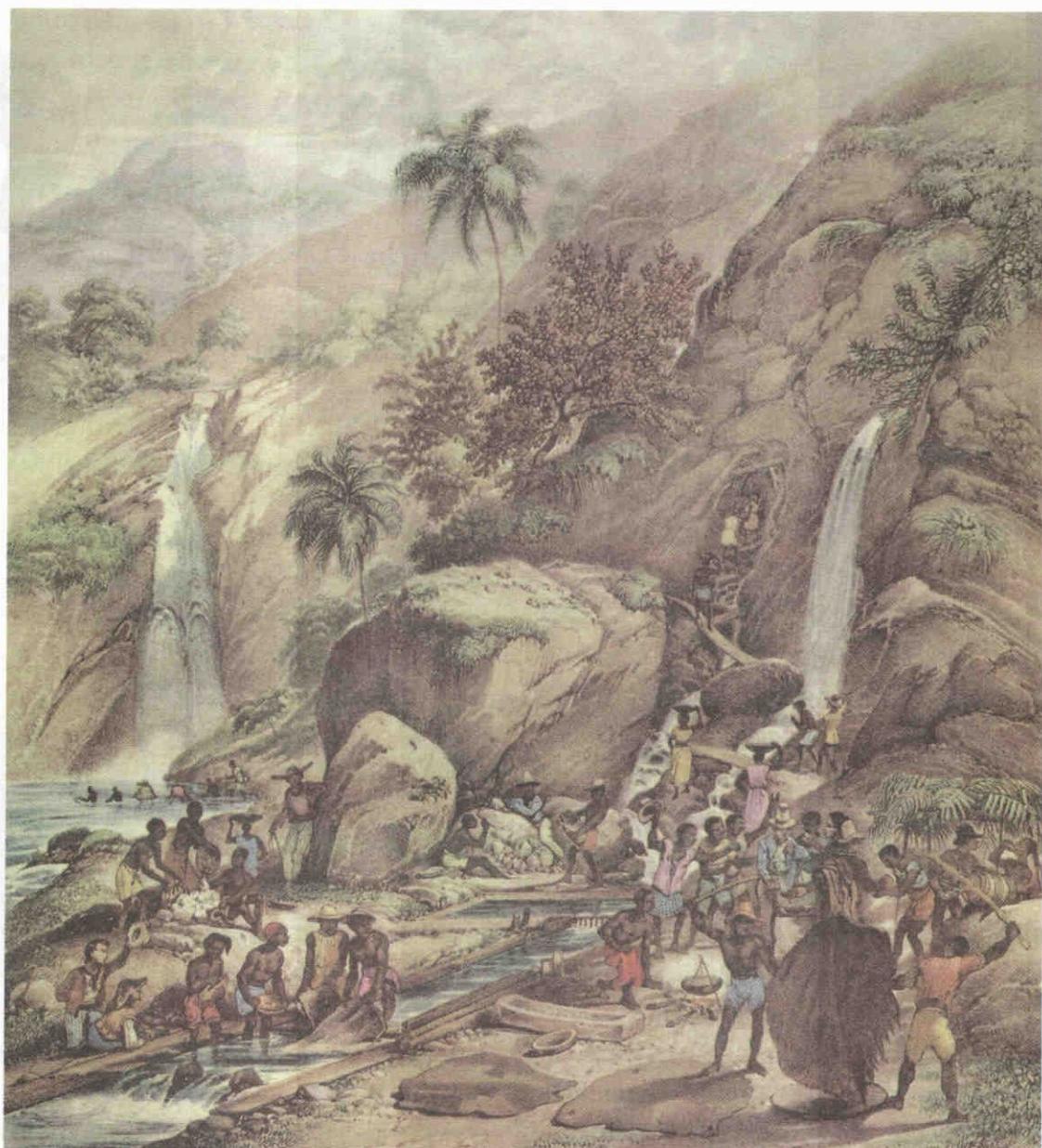
Paulo, da Bahia e de Lisboa, fixando vários núcleos populacionais em Minas Gerais, o que consolidou a vida urbana na Colônia. Em 1763, a capital colonial deslocou-se de Salvador para o Rio de Janeiro, que havia se tornado o principal porto importador de escravos da África.

A população escrava nas Minas Gerais foi muito numerosa, representando constante ameaça às autoridades coloniais e à minoria branca. Do final do século XVII a meados do século XVIII, calcula-se que 1 700 000 negros foram importados, sendo 1 140 000 vindos de Angola e os demais da Costa da Mina. Em 1742, 70% da população de Minas Gerais era escrava.

No início, a mineração era aluvial. Tratava-se de recolher o ouro depositado nas margens e nos leitos dos córregos e rios, utilizando-se os seguintes instrumentos: saco de couro, pá, enxada e bateia (gamela de madeira onde fica-

Aqui, Debret reúne as escravas de nações diferentes, que eram identificadas pelas vestimentas e tatuagens, pelos penteados e ornamentos.

Alusão ao movimento na região mineradora: escravos transportando gamelas na cabeça, soando couro, outros com os pés na água, feitores, vendedores e compradores de mercadorias (Rugendas).



vam depositadas as partículas de ouro). Além de coletar o ouro, o trabalho escravo implicava remover a areia, represar os rios e cavar canais. Em condições bastante precárias, os escravos passavam a maior parte do dia com as pernas dentro d'água, mal-alimentados e, com frequência, eram castigados. A punição ao escravo supostamente infrator variava entre espancamento, chibatadas e tronco. No caso de assassinato, o cativo era entregue à justiça oficial e ficava à mercê da pena de morte. Depois de

morto, sua cabeça era exposta em praças públicas.

Por volta de 1720, iniciou-se também a exploração das encostas dos morros e das galerias subterrâneas. Muitas vezes, fazia-se necessário empregar centenas de cativos para desviar cursos d'água, construir represas, levantar aquedutos, cavar galerias. A mineração era feita sobretudo no inverno, de abril a setembro, durante a estação da seca.

Estima-se que a vida "útil" de um escravo minerador não passava de sete a

doze anos, dadas as duras condições de trabalho nos rios, lavando cascalho, e nas escuras galerias subterrâneas. As mortes eram causadas por doenças, como disenteria, malária, infecções pulmonares, ou mesmo por acidentes.

Contudo, em comparação ao escravo dos engenhos de açúcar, o trabalhador das minas tinha mais chances de mudar sua condição, seja através de fugas e adesões aos “quilombos”, seja através da alforria, isto é, da liberdade concedida ao escravo.

A sociedade das Minas Gerais apresentou um grande número de escravos alforriados. Em 1735, aproximadamente 1,4% da população escrava foi alforriada (segundo o Códice Costa Matoso), enquanto em 1786, quando as lavras declinaram, os alforriados constituíam 35% da população negra.

O aumento da taxa de libertos explica-se pelo fato de muitos escravos terem conseguido comprar a sua alforria com o furto de ouro em pó e de pepitas, ou por meio dos rendimentos da mineração clandestina que praticavam durante a noite ou nos dias de folga. Uma lei de 24 de dezembro de 1734 estipulou que um escravo que encontrasse um diamante acima de 20 quilates, o que era bastante raro, receberia como prêmio a alforria. Outra, de 2 de agosto de 1771, reveladora do desespero da Metrópole em controlar os metais preciosos desviados pelo contrabando, concedia liberdade aos escravos que denunciassem oficialmente o seu próprio senhor, se este estivesse agindo como contrabandista e sonegador de impostos de ouro, diamante ou pau-brasil. Esta lei, na prática, foi ineficaz, pois os senhores aliavam-se aos

seus escravos nos descaminhos do contrabando.

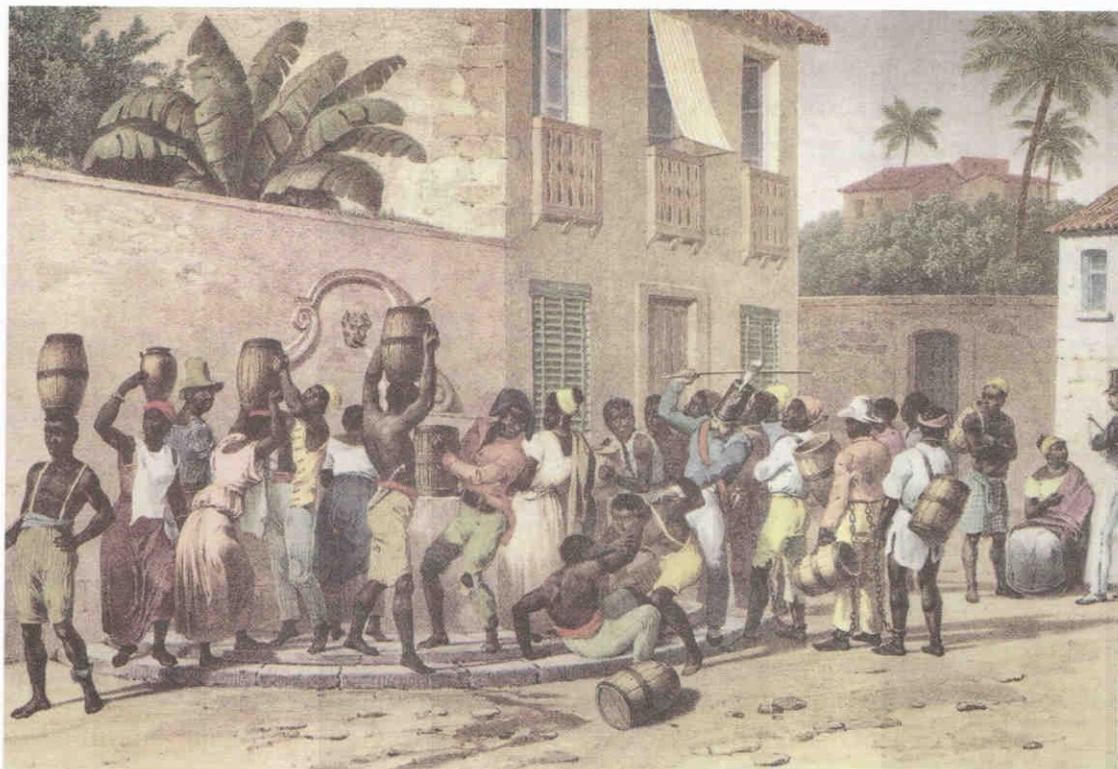
Por volta de 1760, as minas começaram a apresentar sinais de esgotamento. O ouro de aluvião tornou-se escasso, e os mineiros não possuíam técnicas suficientes para extrair o ouro das pedras de granito. “Cadavéricas minas”, observou, em 1780, D. Rodrigo José de Meneses, governador das Minas Gerais. Como consequência desse quadro de crise econômica, os senhores concederam alforrias aos seus escravos considerados invendáveis — crianças, mulheres e adultos fracos e doentes —, uma vez que não tinham mais como sustentá-los. Mas isso não pôs fim à escravidão, que ganhou um novo impulso durante a expansão cafeeira na época do Império. A população mineira, desprovida da sua principal fonte de renda, recorreu, então, à pecuária, à plantação de cereais e à manufatura, a fim de garantir a sua sobrevivência.

Escravos urbanos

Por volta de 1820, cerca de 70% da população colonial concentrava-se em torno dos principais portos exportadores e no interior das capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba. Os negros sobressaíam em grande número nas cidades, prestando serviços à população. No Rio de Janeiro, por exemplo, havia, nessa época, 146 060 escravos para 363 940 homens livres, o que dá a média de um escravo para dois homens livres.

Contrárias à prática de qualquer trabalho manual, as elites coloniais mantiveram verdadeiros batalhões permanentes

Nas fontes de água do Rio de Janeiro, aglomeravam-se negros domésticos e de ganho, que transportavam as tinas para abastecer residências e casas de negócio. No centro, uma briga entre escravos (Rugendas).



de escravos em suas fazendas e em suas residências urbanas, onde permaneciam curtas temporadas, apenas em ocasiões especiais, como festas, eleições etc.

Nas cidades, os escravos podiam trabalhar como escravos artesãos, de servi-

ços urbanos e domésticos. Os escravos artesãos exerciam ofícios de carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de tabuletas, construtores de móveis e de carruagens, fabricantes de ornamentos militares, de lampiões, artífices, joalhei-

A imprensa e a escravidão

Os jornais da época, servindo aos interesses das classes dominantes, revelavam claramente a presença de

uma sociedade escravista, com a publicação de anúncios de compra e venda, crimes, delitos e fugas de escravos.

Escravo

Vende-se um de 20 a 30
anos, sadio, robusto,
sem vícios, nem defeitos.

(Província de São Paulo,
28 fev. 1879)

Escrava

Vende-se uma escrava,
no pateo de S. Bento, quarta
casa do canto da rua de
Boa Vista.

(Correio Paulistano,
23 abr. 1878)

ros, alfaiates, sapateiros, barbeiros, cabeleireiros, curtidores, ferreiros, ferradores, entre outros. Era tamanha a rejeição por qualquer ofício manual que o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), ao percorrer a região de Minas Gerais, em 1818, observou que a primeira coisa que um homem pobre fazia quando tinha um pouco mais de dinheiro era comprar um escravo para buscar um balde de água ou um feixe de lenha.

Os escravos de serviços urbanos eram os “negros de ganho”, que passavam o dia na rua alugando os seus serviços, sendo obrigados a entregar uma porcentagem fixa de seus ganhos, geralmente extorsiva, estipulada por seus senhores. Eram responsáveis sobretudo pelo transporte de mercadorias e passageiros. Comentou José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1844) que era motivo de “raiva ou riso ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar, que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas com dois bois e duas bestas muares”. Já os escravos vendedores ambulantes su-

primam o abastecimento das cidades com

vasilhames, cestos, tabuleiros de doces, água, leite, pão, café, galinha, milho, alho, cebola, lenha etc. Incluem-se nesta categoria as “negras de ganho” ou “ganhadeiras”, que obtinham renda para o seu amo mediante os trabalhos de cozinheira, costureira, lavadeira ou pela mendicância e prostituição. Essa categoria de escravos era a que tinha maior possibilidade de conseguir alforria.

Alforria

O escravo podia ser alforriado quando ele mesmo comprava a sua liberdade, quando conseguia um protetor (“padrinho”) que a comprasse ou quando o seu senhor decidia libertá-lo.

No fim do período colonial, 42% da população negra ou mulata constituíam a categoria de livres ou libertos (escravos que obtiveram a liberdade ao longo da vida). Embora fossem considerados livres, podiam, na prática, voltar ao estado de cativos de forma arbitrária quando, por exemplo, eram acusados de desrespeitar o antigo senhor.

Os escravos domésticos eram responsáveis pelo funcionamento da resi-

O costume dos negros de transportar tudo na cabeça causava estranheza aos estrangeiros. Largo da Glória, Rio de Janeiro (H. Alken e Henry Chamberlain, séc. XIX).



dência do senhor, encarregados de sanar os precários serviços públicos de água e de esgoto. Trabalhavam como porteiros, cocheiros, cozinheiros, copeiros, lavadeiras, engomadores, pajens, mucamas, coletores de lixo e de esgoto, carregadores e outros. As grandes casas possuíam em torno de sessenta a setenta escravos domésticos. Quanto mais escravos o senhor possuía, maior era o seu prestígio social. Os escravos dormiam em quatinhos estreitos e úmidos nos andares térreos dos sobrados, nos porões ou nos quintais. Os que não tinham onde dormir, estendiam-se sobre esteiras ou cobertores nas cozinhas, nos corredores ou ao pé da cama dos senhores.

No entanto, a vida urbana na sociedade colonial foi marcada pela violência e pela miséria em virtude da brutal desigualdade social que se instaurou ao longo dos séculos. Roubos e assassinatos na calada da noite foram frequentes nas cidades e arraiais, agravando a insegurança da população.

Tentativas de revoltas de escravos ocorreram em todas as áreas urbanizadas como reflexo da violência cotidiana sofrida por eles. Conforme analisa a historiadora Laura de Mello e Souza, houve um plano frustrado de rebelião escrava em Minas Gerais, em 1719. Os negros invadiriam as casas dos brancos, enquanto estes estivessem nas igrejas, roubariam as suas armas e iniciariam a matan-

Negro

Pesa em teu sangue a voz de ignoradas origens.
As florestas guardaram na sombra o segredo da tua história.

A tua primeira inscrição em baixo-relevo
foi uma chicotada no lombo.

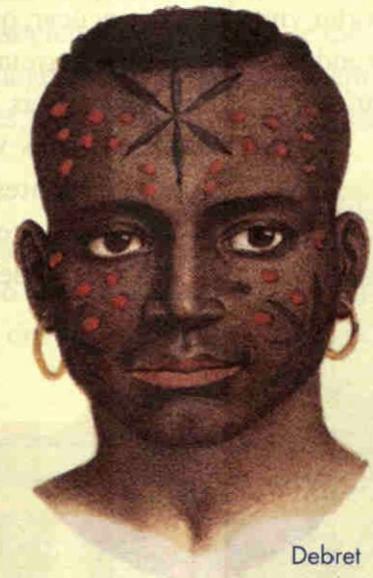
Um dia
atiraram-te no bojo de um navio negreiro.
E durante longas noites e noites
viestes escutando o rugido do mar
como um soluço no porão soturno.

O mar era um irmão da tua raça.

Uma madrugada
baixaram as velas do convés.
Havia uma nesga de terra e um porto.
Armazéns com depósitos de escravos
e a queixa dos teus irmãos amarrados em coleiras de ferro.

Principiou aí a sua história.

O resto,
a que ficou pra trás.
O Congo, as florestas e o mar
continuam a doer na corda do urucungo.



Debret

(Raul Bopp, *Urucungo*, 1926)

ça dos brancos. Delatados, os escravos foram punidos com a pena de morte ou mutilação dos pés.

O clima de revolta presente na Colônia, devido aos maus-tratos, às injustiças cometidas, à desigualdade social e, muitas vezes, à superioridade numérica dos negros nas cidades, acabou dando margem a várias fugas de escravos e ao aumento de quilombos.

3. Caminhos da liberdade

A violência que se infiltrou na rede das relações sociais no período escravista quase não deixou brechas para o escravo entrever outra condição de existência na América portuguesa. Geralmente, o destino dos cativos indígenas e africanos foi a morte no cativo, provocada pela fome, pelos maus-tratos e pelas doenças epidêmicas que se espalhavam pela população colonial.

No entanto, apesar da situação de estreita vigilância em que se encontravam os escravos, a resistência, velada ou manifesta, individual ou coletiva, esteve presente na sociedade colonial como resposta à recusa ao domínio dos brancos.

Resistências individuais

Tanto os índios quanto os negros manifestaram, durante todo processo de colonização, resistência à civilização europeia e à condição de escravo a que foram sujeitos. No caso dos índios, esta situação se revelou pelo tempo reduzido (em comparação aos africanos) em que eles permaneciam nos engenhos e nos aldeamentos, desvencilhando-se, sempre que possível, do domínio dos brancos. Escapavam com tal frequência para a floresta que o cronista português Pero de Magalhães Gandavo (séc. XVI) registrou, em tom queixoso, que os índios escravizados “fugiam a cada dia” para as suas terras e revoltavam-se com facilidade.

Para os africanos, porém, a fuga individual era uma alternativa bastante arriscada. Se conseguissem escapar da vigilância dos feitores, seriam exaustivamente “caçados” pelos “capitães do mato” — profissionais que recebiam dinheiro com a captura dos negros fugidos —, que na maioria das vezes eram bem-sucedidos, uma vez que os africanos desconheciam a região e ignoravam os meios de sobrevivência nas florestas. Ao serem devolvidos ao engenho, os

“negros fujões” sofriam torturas terríveis, tinham o tendão do pé cortado, quando



Os mudurukús, povo guerreiro tupi, só foram encontrados pelos brancos no final do séc. XVIII. Tatuado em sinal de seu prestígio, o chefe aqui representado aparece adornado com plumas e artefatos (Antoine Hercules Florence, 1804-1879).

não eram assassinados para servirem de exemplo aos demais.

Nas cidades, as fugas de escravos também eram bastante frequentes. De-bret conta que um cozinheiro de uma casa rica da cidade do Rio de Janeiro foi acorrentado à mesa da cozinha para não fugir mais. Há ainda o caso de um outro negro que, por ter dado mostras de dedicação e subserviência, foi liberado do uso de ferros e argolas carregados por quase sete anos. Vendo-se totalmente livre, tentou fugir. Capturado, foi obrigado a usar um enorme peso de ferro, mal conseguindo sair do lugar.

Cometer suicídio era uma das soluções encontradas pelo africano para acabar definitivamente com o sofrimento. Vislumbrava, na morte, a esperança de retornar à sua terra natal. É significativa a história de um escravo que se esforçou para retornar à África, assim que aportou no Brasil. Ciente do caso, o feitor do navio, num gesto furioso, cortou-lhe a cabeça e pregou-a no poste, dizendo aos gritos: “Não se pode encontrar o caminho de seu país quando não se tem cabeça”. Por outro lado, o suicídio também era uma forma de vingança utilizada pelos escravos. Para o negro, que sabia que o escravo custava caro, o suicídio era um ato de guerra, pois quando um grupo inteiro deixava-se morrer ou envenenar-se, o proprietário certamente ficaria arruinado.

O “banzo”, também conhecido como “nostalgia da África”, significava ao mesmo tempo um protesto individual do africano de negação do mundo dos brancos e uma terrível saudade da sua terra. Tratava-se de um suicídio gradual, através do qual o cativo entrava em profunda depressão, recusando-se a traba-

lhar e a comer até encontrar a morte, na esperança de conseguir a libertação definitiva de seu fardo diário.

A outra alternativa para aliviar a humilhante condição de ser escravo era o assassinato do feitor ou do senhor, uma explosão de violência que refletia a opressão vivida cotidianamente. Esses escravos acabavam sempre condenados à morte.

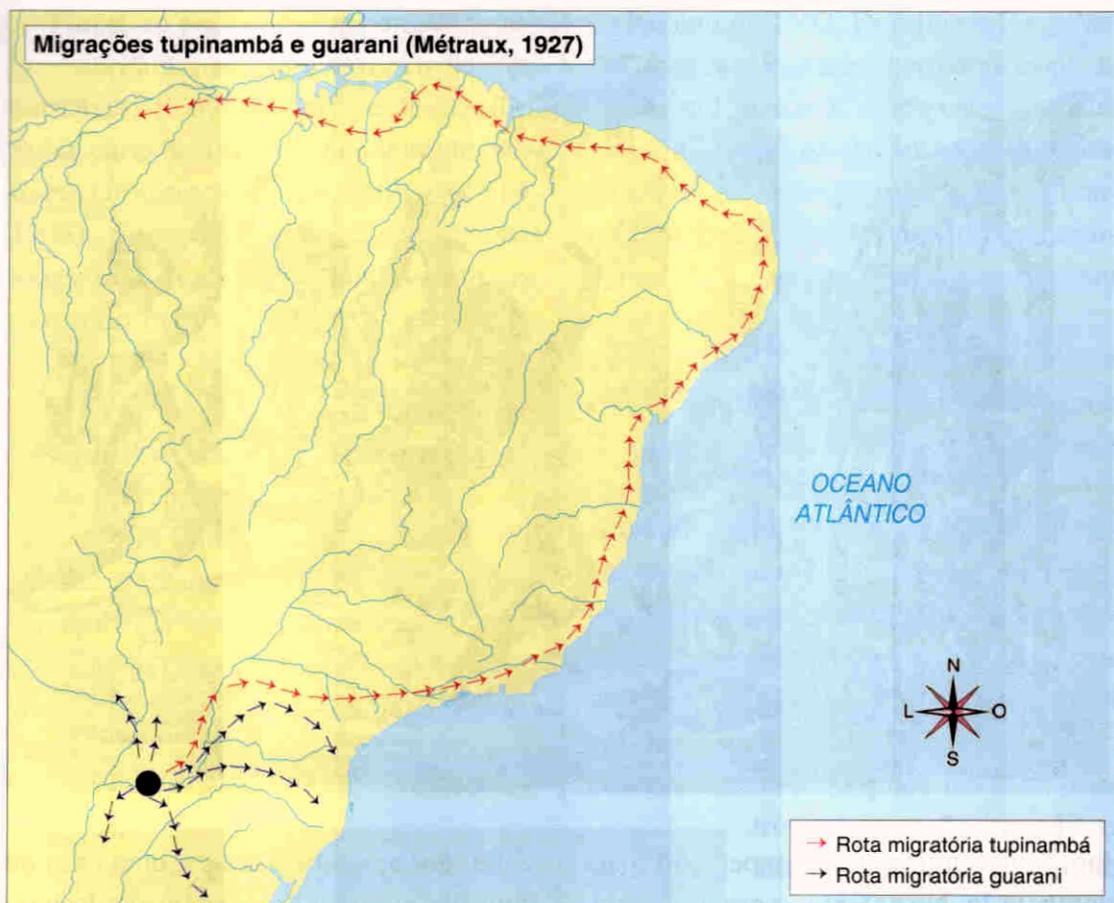
Resistências coletivas

“Terra sem Mal”

Populações indígenas deslocavam-se em busca do que acreditavam ser o paraíso terrestre, a “Terra sem Mal”, lugar situado a leste ou a oeste do continente, conforme indicassem as visões de seus profetas. Embora essas migrações já existissem, elas se intensificaram com a chegada dos europeus, na tentativa de escapar à sua dominação. Esses deslocamentos ocorreram mais evidentemente nos atuais Pernambuco, Ilhéus, Porto Seguro, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraguai e sul do Brasil, lugares onde se verificou a maior presença dos brancos.

A fim de garantir sua sobrevivência, ameaçada pelas epidemias, pela fome e pela escravização, os índios rumavam em direção aos remotos sertões ou às densas florestas. O frade franciscano Claude d’Abeville (? -1632) registrou uma grande migração guiada por um mameluco que conduziu mais de sessenta mil índios do Maranhão até Pernambuco, cujo resultado foi trágico: muitos se afogaram na travessia de um rio e outros foram mortos por índios inimigos. Sucessivas migrações tiveram lugar em diversas áreas de conflito entre

Migrações tupinambá e guarani (Métraux, 1927)



índios e brancos. Em 1912, índios guaranis vindos do Paraguai estabeleceram-se numa reserva demarcada pelo governo, no litoral de São Paulo. Eram os sobreviventes de um grande movimento migratório, que teve início em 1812, em busca da terra onde ninguém morria, a “Terra sem Mal”.

Quilombos

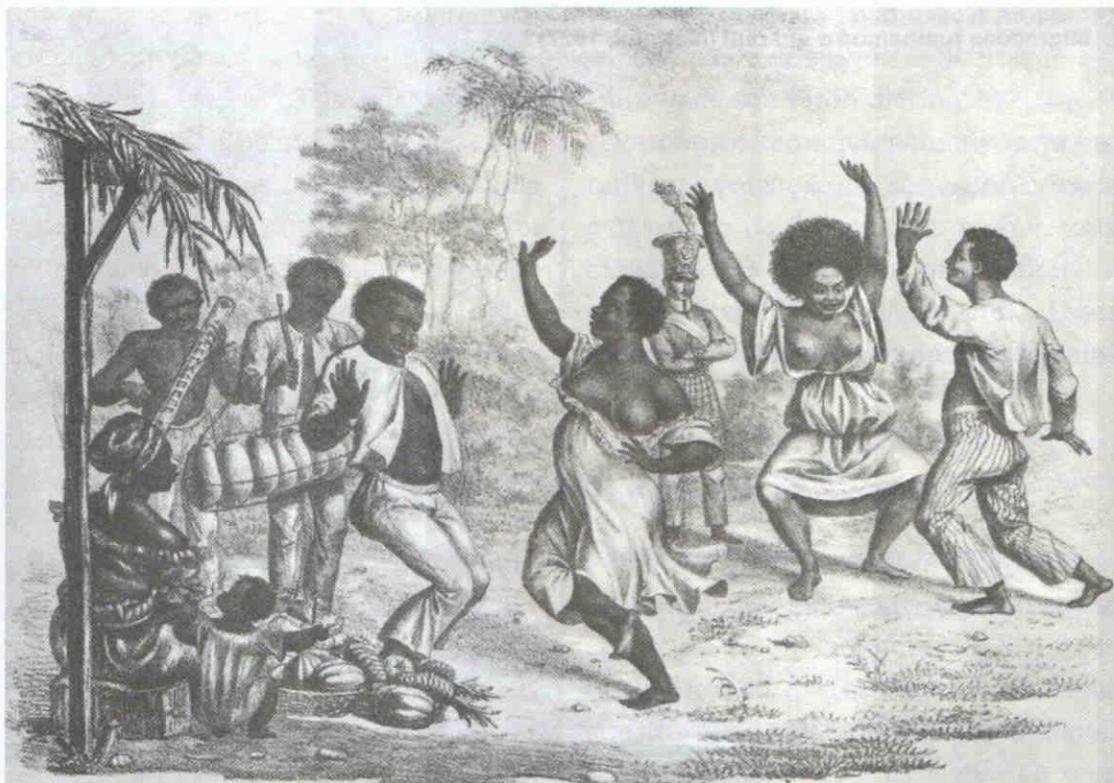
As fugas em massa de escravos deram origem, quase sempre, à constituição de um “quilombo”, aldeamento de ex-escravos, localizado em lugares de difícil acesso, nas matas e no sertão. A Ordem Real, de 6 de março de 1741, definiu quilombo como qualquer grupo escondido com mais de cinco escravos fugidos. Já no século XIX, leis provinciais ordenavam ações punitivas contra quilombos de dois e três escravos.

No quilombo, os africanos procuravam reconstituir os valores culturais presentes nos reinos de origem, vivendo segundo hábitos tribais. As danças e ritos religiosos praticados reforçavam a identidade cultural dos negros.

O quilombo mais representativo da luta contra o domínio dos brancos foi o de Palmares, situado na serra da Barriga, nos atuais estados de Alagoas e Pernambuco. Formado por cerca de dez “quilombos” ou “mocambos”, com dezenas de milhares de habitantes, o quilombo de Palmares resistiu bravamente a inúmeros ataques organizados pelas autoridades coloniais portuguesas e expedições holandesas durante mais de sessenta anos.

Desde o início do século XVII, o quilombo de Palmares já preocupava o governador de Pernambuco, Diogo Bote-

Esta cena ilustra os moradores de uma fazenda em festa, dançando o batuque, dança originária da Etiópia, introduzida por escravos negros na América portuguesa. Observe as rotações e contorções de corpo presentes hoje em dia nas rodas de samba (*Atlas zur Reise in Brasilien, Spix e Martius*).



lho, que enviou uma expedição para combatê-lo. No entanto, o grande crescimento do quilombo deu-se por volta de 1630, quando os holandeses ocuparam a capitania de Pernambuco, desestruturando momentaneamente a produção açucareira e propiciando a fuga em massa dos escravos dos engenhos.

A região denominada Palmares — pela presença de palmeiras — era de difícil acesso, coberta pela floresta tropical. Os brancos, cientes do perigo que representavam os agrupamentos de negros rebeldes, pediram providências às autoridades. Em 1650, cerca de seis mil escravos habitavam o quilombo, vivendo graças à abundância de árvores frutíferas, animais de caça, peixes e plantações de milho, mandioca, feijão, batata-doce, cana-de-açúcar e banana. Construíam choças de palha, praticavam atividades artesanais com argila e, às vezes, valiam-se da metalurgia rudimentar.

Uma igreja, quatro forjas e uma casa de conselho compunham o centro administrativo do quilombo. Havia também um rei, que governava com muita severidade, punindo com a morte os negros que de lá fugiam.

Por volta de 1670, o número de habitantes saltou para aproximadamente vinte mil. Dez anos depois, houve, segundo um documento anônimo, vinte e cinco expedições punitivas ao quilombo de Palmares, que não conseguiram destruí-lo nem impedir o seu contínuo crescimento.

Como sistema de defesa, os negros faziam emboscadas; quando estavam em desvantagem, optavam pela fuga desordenada e, às vezes, reconstruíam o antigo quilombo em outro lugar. Outra tática de guerra utilizada foi a construção de paliçadas duplas, armadilhas e buracos cobertos pela vegetação. Os habitantes de Palmares valiam-se de armas de fogo, flechas, água fervente e brasa.

Frente ao poder de resistência dos negros de Palmares, o governador de Pernambuco, Souto Maior, pediu auxílio, numa carta de 1685, ao bandeirante paulista Domingos Jorge Velho (1614-1703), famoso pela crueldade de seus atos e experiente em combates contra os índios do Piauí:

“E por estes homens [os paulistas] serem os verdadeiros sertanejos, e se acharem com 400 homens de armas, os requeri para esta conquista dos Palmares, mandando-lhes patentes de conquistadores (...); e então terei por sem dúvida que chegou o tempo de verem estes [negros] levantados a sua ruína”.

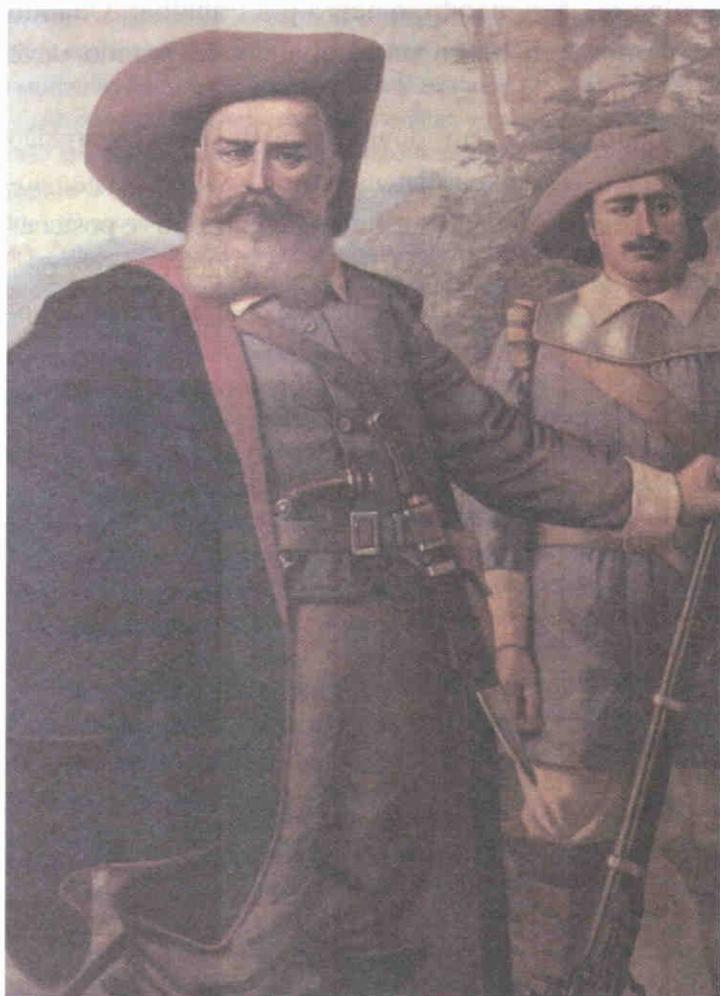
No ano de 1692, Domingos Jorge Velho chegou a Palmares com uma tropa de quase mil homens, composta, em sua maioria, de índios armados. Em virtude da recusa em fazer parte da incursão contra Palmares, cerca de duzentos índios tiveram suas cabeças cortadas por ordem do bandeirante.

Deserções e mortes, em decorrência de um ataque malsucedido, reduziram a tropa paulista para seiscentos índios e quarenta e cinco brancos. Enquanto aguardava reforços, Domingos Jorge Velho enviou, para o coração do quilombo, negros capturados com roupas de doentes e pestilentos, disseminando, a partir daí, as epidemias. Os reforços chegaram em 1694 com quase três mil homens. Porém, uma cerca tríplice de 5434 me-

tros de extensão impediu o ataque imediato da tropa, que manteve o cerco por vinte e dois dias. Quando conseguiu entrar, a tropa de Domingos Jorge Velho massacró os habitantes de Palmares.

Tendo escapado do cerco, Zumbi, o líder do quilombo, buscou organizar guerrilhas com os poucos homens que lhe restavam. Mas, em novembro de 1695, traídos por um dos seus companheiros que não resistira às torturas sofridas, Zumbi e seus vinte homens foram surpreendidos por Domingos Jorge Velho. Todos foram mortos. Zumbi teve a cabeça decapitada e espetada em um poste da praça de Recife para servir

Retratado em pose imponente, Domingos Jorge Velho evoca poder e respeitabilidade, um herói de nossa história, visão considerada hoje ultrapassada pela historiografia (Benedito Calixto).



de exemplo do que poderia acontecer com os rebeldes e insubordinados.

Derrotado o quilombo de Palmares, as terras foram distribuídas aos vencedores. Porém, em 1703, Camuango, que escapara dos massacres, tentou novamente reconstituir um quilombo pequeno, destruído tempos depois. Outros fugitivos de Palmares aderiram a quilombos da Paraíba, que foram destruídos em 1735.

Depois de Palmares, os quilombos de Minas eram os mais importantes, dentre os quais se destacaram o quilombo do Ambrósio e o quilombo Grande. O quilombo do Ambrósio atingiu uma população de mil negros. Destruído brutalmente pelo capitão Antônio João de Oliveira, formou-se, no mesmo local, o quilombo Grande. Para exterminá-lo, foi organizada, em 1759, uma grande expedição, sob o comando do capitão Bartolomeu Bento de Prado, que, após uma imensa mortandade, voltou trazendo como troféu três mil pares de orelhas! Depois disso, extinguíram-se os grandes quilombos, embora os de pequeno porte, com cerca de cem negros, continuassem a existir durante todo o período colonial como fenômeno ativo de resistência.

4. As marcas da escravidão

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...” (CF/88, art 5^º)

Três séculos e meio de regime escravocrata (1500-1888) comprometeram irremediavelmente a vida de milhões de pessoas. Além dos escravos que morreram na labuta diária ou foram víti-

mas da violência cotidiana que se infiltrava na relação senhor-escravo, os demais não escaparam dos preconceitos e discriminações criados pelas elites escravistas. Escravos índios e africanos, aos olhos da minoria branca, foram considerados como raças inferiores na sociedade colonial, e receberam o tratamento de meros objetos e mercadorias. Decorrem daí as imagens negativas desses povos que circularam intensamente pela colônia: os índios como brutos, animais, bárbaros, canibais, infiéis e preguiçosos, enquanto os negros oscilaram entre dóceis, servis e submissos, bêbados, imorais e violentos.

Uma quadrinha popular de Belém do Pará expressa bem o racismo que nasceu da escravidão: “Branco nasceu para o mando, o negro prá trabalhar. Quando o negro não trabalha, do branco deve apanhar”.

Sem dúvida nenhuma, a escravidão deixou marcas profundas e abertas na sociedade brasileira. Preconceitos e posições racistas com relação a índios e negros persistem até os dias de hoje, formulados pe-



Alice Hattori / Abri! Imagens

Ailton Krenak,
representante
indígena, defendeu as emendas
sobre os direitos
dos índios na
Assembleia
Nacional Constituinte de 1988.

las classes dominantes que demonstram, geralmente, grande falta de sensibilidade para com os problemas da maioria da população. Como disse Marcos Terena, membro do Comitê Intertribal:

“Nós, índios, olhamos para esse mundo do homem branco e verificamos que essa civilização não deu certo (...) Vocês são maioria, nós somos apenas 240 mil

peessoas. Mas tudo que está na terra da gente, desde aquilo que se chama riqueza mineral, vai ter sentido pra nós, índios, mas só vai ter sentido pra vocês se vocês souberem decifrar e tentar conjugar a prática do dia a dia de vocês com a prática das nossas vidas. Ou seja, equilíbrio e igualdade. Igualdade apesar das nossas diferenças”.

1500	A armada de Pedro Álvares Cabral, que partiu de Portugal rumo à Índia, chega à América.
1500-1530	Expedições europeias exploram a costa da América portuguesa. Prática do escambo.
1530	D. João III institui o sistema de capitanias hereditárias na América portuguesa.
1532	Expedição de Martim Afonso de Sousa, enviada pelo monarca português D. João III. Fundação da Vila de São Vicente.
1534	Divisão da América portuguesa em capitanias hereditárias.
1548	D. João III elabora o Regimento, com as diretrizes básicas do Governo Geral.
1549	Tomé de Souza, primeiro governador-geral, chega à Bahia com os jesuítas. Fundação da cidade de Salvador.
1550	Chegam a Salvador os primeiros escravos.
1550-1560	Intensifica-se a produção de açúcar nos engenhos da costa do Brasil.
1553	Início do governo de Duarte da Costa, segundo governador-geral do Brasil.
1554	Padre Manuel da Nóbrega funda o Colégio de São Paulo. Hans Staden é feito prisioneiro dos índios tupinambás nas imediações do forte de Bertioğa.
1557	Tem início o governo de Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil. Carta régia de D. Sebastião proíbe a escravização dos índios.
1570	Início do tráfico sistemático de escravos africanos.
1595	Lei de Felipe II proíbe a escravização dos índios.
1609	A Coroa decreta a lei de liberdade absoluta dos índios.
1621	Criado o Estado do Maranhão (Maranhão, Ceará, Pará), independente do Brasil.
1630	Formação do quilombo de Palmares.
1680	Lei proíbe a escravização dos índios.
1685	Souto Maior, governador de Pernambuco, pede auxílio ao bandeirante paulista Domingos Jorge Velho para combater o quilombo de Palmares.

1692	Domingos Jorge Velho organiza o primeiro ataque ao quilombo de Palmares.
1694	Chegam reforços com cerca de três mil homens para combater os negros quilombolas de Palmares. Primeiras notícias de descoberta de ouro em Minas Gerais.
1695	Destruição do quilombo de Palmares e morte de Zumbi pelas tropas de Domingos Jorge Velho.
1705	Portugueses ocupam a região de Minas Gerais.
1722	Miguel Sutil descobre ouro de aluvião em Cuiabá.
1725	Descoberta de ouro em Goiás.
1734	Lei concede alforria ao escravo que encontrar um diamante com o peso superior a vinte quilates.
1755	Lei proíbe a escravização dos índios.
1759	Os jesuítas são expulsos do Brasil. São extintas as últimas capitanias hereditárias. Todo o território passa a pertencer à Coroa.
1760	As minas apresentam sinais de esgotamento.
1763	Transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro.
1771	Lei concede liberdade ao escravo que denunciar o seu senhor pela prática de contrabando.
1807	A Inglaterra extingue o comércio de escravos em suas colônias.
1808	A Corte portuguesa instala-se no Rio de Janeiro.
1810	Início da pressão inglesa para abolir o tráfico negreiro no Brasil.
1822	D. Pedro I proclama a independência do Brasil. Fim do período colonial.
1831	Abdicação de D. Pedro I.
1840	D. Pedro II torna-se o segundo imperador do Brasil.
1845	O parlamento inglês promulga a Lei Bill Aberdeen, que declara ilegal o tráfico negreiro.
1850	Promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que extingue definitivamente o tráfico negreiro no Brasil.
1871	Promulgação da Lei do Ventre Livre, que declara livres os filhos de escravos nascidos a partir dessa data.
1885	Promulgação da Lei Saraiva-Cotegipe, que liberta os escravos sexagenários.
1888	Promulgação da Lei Áurea, que declara extinta a escravidão no Brasil.

Bibliografia

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Milliet. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1978. t. I e II.

Excelente obra sobre os costumes dos escravos e a vida popular no Brasil-Império.

LÉRY, Jean. *Viagem à Terra do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

Publicada em Genebra em 1578, esta obra, além de ser muito bem escrita, é a contribuição mais completa sobre os índios tupinambás do Rio de Janeiro. Léry conviveu cerca de um ano com os índios e conseguiu aprender a língua deles. Vale a pena ler, também, as aventuras em sua viagem de volta à Europa.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Tradução de Guiomar de Carvalho Franco. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

Obra muito interessante publicada em 1557, que relata as aventuras do alemão Hans Staden, capturado pelos tupinambás da aldeia de Ubatuba. Contém dados importantes sobre os costumes indígenas, principalmente sobre o ritual de antropofagia.

LOBATO, Monteiro. *As aventuras de Hans Staden*. São Paulo, Brasiliense.

Neste livro, Monteiro Lobato fez uma versão para crianças de *Duas viagens ao Brasil*, de Hans Staden.

O tema da escravidão no Brasil foi estudado por diversos historiadores, sob variadas perspectivas. Foram selecionados alguns títulos para quem quiser conhecer mais sobre o assunto:

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. 3. ed. Tradução de Maria Eloisa Capellato e Olívia Krähembuhl. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1989.

Escrito numa linguagem fluente, este livro descreve e analisa as religiões afro-brasileiras, enfocando as relações entre brancos e negros no Brasil.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na História do Brasil: mito e realidade*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1995.

Este livro coloca em discussão o tema do racismo no Brasil, reconstituindo a trajetória das ideias que inferiorizam o negro, o mulato, o índio, o judeu e o cigano, elaboradas pelas elites brancas.

CLASTRES, Hélène. *Terra sem Mal — o profetismo tupi-guarani*. Tradução. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Analisa a busca dos índios tupi-guaranis do paraíso terrestre, a “Terra sem Mal”.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/ Cia. das Letras, 1992.

Este livro é uma coletânea de textos de vários autores que se dedicam à pesquisa da História Indígena. Leitura obrigatória sobre o assunto, com abordagens inéditas.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1994.

Escrito numa linguagem clara e agradável, este livro, voltado aos estudantes do Ensino Médio, é uma síntese valiosa da História do Brasil e uma ótima fonte de consulta.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira — A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. 5. ed. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1976. t. I e II.

Obra de consulta obrigatória, contendo capítulos de vários autores que se dedicaram a temas referentes ao período colonial brasileiro, organizado pelo grande historiador Sérgio Buarque de Holanda. No tomo II, foram consultados os capítulos “A mineração: antecedentes luso-brasileiros” e “Metais e pedras preciosas”.

MATTOSO, Kátia M. de. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Este livro busca decifrar as duras etapas percorridas pelo escravo, desde o seu aprisionamento na África até a condição de escravo no Brasil.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos — engenhos e escravos na sociedade colonial: 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, Cia. das Letras/CNPQ.

Livro que ilumina aspectos da história da grande lavoura de cana-de-açúcar na Bahia.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. “À sombra da escravidão”, in *Revista Veja*, ano 29, n. 20, 15 maio 1996.

Artigo com base nas pesquisas historiográficas recentes. Amplia o conhecimento sobre a escravidão brasileira, rediscutindo a herança deixada pela sociedade escravocrata e suas implicações nos dias atuais.

A que assistir?

Como era gostoso o meu francês, de Nelson Pereira dos Santos (1972, Brasil, 84 min., Manchete Vídeo).

Prisioneiro dos tamoios, um aventureiro francês escapa da morte graças a seus conhecimentos de artilharia. Falado em tupi, com legendas em português.

A Missão, de Roland Joffé (1986, Inglaterra, 125 min., Jota Home Vídeo).

Rodrigo Mendoza é um mercador de escravos indígenas que faz da violência o seu modo de vida.

República Guarani, de Sílvio Back (1982, Brasil, 100 min., CIC Vídeo).

Documentário sobre o projeto jesuítico que se estabeleceu entre 1610 e 1767, com o objetivo de converter sucessivas gerações de Guaranis.

Brincando nos campos do Senhor, de Hector Babenco (1991, Estados Unidos/Brasil, 187 min., Condor).

Trata do contato conflituoso dos índios niarunas com os brancos, enfocando o problema da aculturação.

Avaeté, semente de vingança, de Zelito Vianna (1985, Brasil, 110 min., Globo Vídeo).

Um massacre criminoso extermina os índios avaeetés e transforma Avá, o único sobrevivente, num elo perdido entre o nativo e o civilizado.

Chico Rei, de Walter Lima Jr. (1986, Brasil, 115 min., Globo Vídeo).

Depois de inúmeros sofrimentos, o rei africano consegue comprar a carta de alforria e, tempos depois, a própria mina de ouro onde trabalhava.

Xica da Silva, de Cacá Diegues (1976, Brasil, 117 min., Globo Vídeo).

Conta a história de uma escrava mulata que conquistou sua liberdade tornando-se amante do milionário João Fernandes de Oliveira.

Tenda dos milagres, de Nelson Pereira dos Santos (1977, Brasil, 148 min., Manchete Vídeo).

Filme sobre as religiões afro-brasileiras.

Documentários

Cor da terra, de Norma Bahia Pontes e Ana Porto (1988, Brasil, 35 min., Cine & Vídeo).

Documento-denúncia que retrata a situação do negro na sociedade brasileira e o poder do branco sobre ele.

Mato eles?, de Sergio Bianchi (1983, Brasil, 33 min., Cine & Vídeo).

O extermínio dos índios da reserva de Mangueirinha, no sudeste do Paraná, com a conivência daqueles que deveriam protegê-los. Denúncia bem elaborada.

Mulher índia, Eliane Bandeira (1985, Brasil, 30 min., Cine & Vídeo).

O papel da mulher como determinante para a preservação da cultura, da terra e da religião do povo guarani e a dura realidade da vida das comunidades indígenas.

Mulheres negras, de Márcia Meirelles e Silvana Afram (1986, Brasil, 23 min., Cine & Vídeo).

A discriminação social é abordada por intermédio das experiências vividas no dia a dia pela mulher negra.

O negro no Brasil: Dias ou Zumbi?, de Lúcia Murad (1988, Brasil, 39 min., Cine & Vídeo).

A luta dos negros no Brasil, segundo o posicionamento de dois personagens antagônicos da História: Henrique Dias e Zumbi dos Palmares.

*Q*ue visitar?

Vestígios do passado em que a escravidão se impôs a índios e negros estão espalhados por todo o Brasil. Além das sugestões apresentadas abaixo, você poderá encontrar muitos indícios desse período em algum lugar de sua cidade. Que tal o desafio?

Salvador (BA)

Museu Afro-Brasileiro (antiga Faculdade de Medicina). Terreiro de Jesus; aberto de segunda a sexta, das 9h às 17h, tel.: (0**71) 3283-5533. www.ceao.ufba.br/mafro
Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída no século XVIII por escravos e negros livres. Praça José de Alencar.

Museu da Cidade. Largo do Pelourinho nº 3; aberto de terça a sexta, das 10h às 18h; sábado e domingo, das 13h às 17h.

Olinda (PE)

Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída no século XVII. Rua Estreita do Rosário, Santo Antônio.

Museu do Homem do Nordeste. Av. 17 de Agosto nº 2187; aberto de terça a sexta, das 11h às 17h; sábado e domingo, das 13h às 17h, tel.: (0**81) 3073-6340. www.fundaj.gov.br/docs/indoc/muhne-p.html

Rio de Janeiro (RJ)

Museu do Índio. Rua das Palmeiras nº 55, Botafogo; aberto de segunda a sexta, das 10h às 17h30, tel.: (0**21) 3214-8702. www.museudoindio.org.br

Museu Histórico Nacional. Rua Marechal Âncora (próximo à Praça 15 de Novembro), Centro; aberto de terça a sexta, das 10h às 17h; sábado e domingo, das 15h às 17h. www.museuhistoriconacional.com.br

Ouro Preto (MG)

Casa dos Contos, construída em 1782. Local de paisagem e fundição do ouro, ex-Casa da Moeda. Atualmente abriga um Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, biblioteca especializada, sala de microfilme, galeria de arte, espaço para recitais e exposição de moedas. Rua São José nº 12; aberto de terça a sábado, das 12h30 às 17h; domingo, das 8h30 às 13h30.

Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em 1785. Largo do Rosário; aberto de terça a domingo, das 12h às 17h.

São Paulo (SP)

Museu Paulista (Museu do Ipiranga). Parque da Independência, Ipiranga; aberto de terça a domingo, das 9h às 17h, tel.: (0**11) 2065-8000.

Rua Roberto Simonsen nº 136; aberto de terça a domingo, das 9h às 17h, tel.: (0**11) 3396-6047. www.mp.usp.br

Revendedores Autorizados

Aracaju: (0**79) 3211-8266/3211-6981/3213-7736
Bauru: (0**14) 3234-5643/3234-7401
Belém: (0**91) 3222-9034/3224-9038/3241-0499
Belo Horizonte: (0**31) 3429-8300/3429-8310
Brasília: (0**61) 3344-2920/3344-2951/3344-1709
Campinas: (0**19) 3243-8004/3243-8259
Campo Grande: (0**67) 3382-3682/3382-0112
Cuiabá: (0**65) 3901-8088/3901-8087/3901-8089
Curitiba: (0**41) 3332-4894
Florianópolis: (0**48) 3244-2748/3248-6796
Fortaleza: (0**85) 3238-2323/3238-1331
Goiânia: (0**62) 3225-2882/3212-2806/3224-3016
Imperatriz: (0**99) 3525-2913
João Pessoa: (0**83) 3241-7085/3222-4803
Londrina: (0**43) 3322-1777
Macapá: (0**96) 3223-0706/3223-0715
Maceió: (0**82) 3221-0825
Manaus: (0**92) 3633-4227/3633-4782
Natal: (0**84) 3611-0627/3211-0790/3222-1158
Porto Alegre: (0**51) 3371-4001/3371-1467/3371-1567
Porto Velho: (0**69) 3223-2383/3221-2915/3221-0019
Recife: (0**81) 3421-4246/3421-4510
Ribeirão Preto: (0**16) 3610-5843/3610-8284
Rio Branco: (0**68) 3224-3125/3224-7094/3224-3432
Rio de Janeiro: (0**21) 2577-9494/2577-8867/
2577-9565
Salvador: (0**71) 3381-5854/3381-5895/3381-0959
Santarém: (0**93) 3523-6016/3523-5055
São José do Rio Preto: (0**17) 3227-3819/3227-0982/
3227-5249
São José dos Campos: (0**12) 3921-0732
São Luís: (0**98) 3243-0353
Serra: (0**27) 3204-7474/3204-7483
Teresina: (0**86) 3221-3998/3226-1956/3226-1125
Uberlândia: (0**34) 3213-5158/3213-6555/3213-4966


QUE HISTÓRIA É ESTA?

Com base em minuciosa pesquisa documental, a historiadora Glória Kok enfoca a escravidão de índios e negros na América portuguesa. Iluminando os meandros do período colonial, a autora discute vários aspectos da questão — desde o aprisionamento dos índios até a história de resistência dos quilombos —, ao mesmo tempo que apresenta os conflitos culturais distintos, gerados no centro de uma sociedade escravista. O resultado é uma narrativa clara e envolvente que, ao estudar o passado, desmascara a atual realidade social.



ISBN 978-85-02-02291-1



9 788502 022911

